

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 062/2025
Data: 21/05/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
MEGATERMINAL EM SANTOS DEVE GERAR MAIS DE 3 MIL EMPREGOS; PROJETO É DISCUTIDO EM BRASÍLIA	4
REVISÃO DA LEI DOS PORTOS SERÁ DEBATIDA NESTA QUARTA-FEIRA EM BRASÍLIA	5
PORTO DE SANTOS PLANEJA INVESTIR R\$ 1,4 BILHÃO EM OBRAS E ENTREGA CRONOGRAMA À ANTAQ	6
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	7
NORDESTE PODE GANHAR EMPRESA AÉREA ESTATAL PARA VOOS REGIONAIS	7
GERAÇÃO EÓLICA CRESCE 10,8% EM 2024 NO BRASIL	9
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	10
COMUNICADO ANTAQ: PAINÉIS DA AGÊNCIA FICARÃO INDISPONÍVEIS NESTA TERÇA-FEIRA (20) PARA ATUALIZAÇÕES	10
EXCELÊNCIA REGULATÓRIA: ANTAQ É RECONHECIDA COM SELO OURO DA FIESP.....	11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	11
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DA ABERTURA DA XXVI MARCHA DOS PREFEITOS EM BRASÍLIA	11
NOTA À IMPRENSA: SAÍDA DO CHAPTER 11 SINALIZA FORTALECIMENTO DO SETOR AÉREO	12
TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS JÁ É 4% SUPERIOR AO PERÍODO PRÉ-PANDEMIA	13
ASSÉDIO NÃO DECOLA: MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS E ANAC LANÇAM GUIA CONTRA O ASSÉDIO NA AVIAÇÃO	13
PARANAGUÁ INVESTE EM SUSTENTABILIDADE E RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE	15
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	16
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES FORTALECE DIÁLOGO COM CAMINHONEIROS E AMPLIA AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO NO	
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	16
INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA DEVEM IMPULSIONAR CRESCIMENTO DO PIB EM 0,3%, AFIRMA RENAN FILHO	17
BE NEWS – BRASIL EXPORT	18
EDITORIAL – O IMPACTO DO VOA BRASIL	18
NACIONAL - HUB – CURTAS - MOVIMENTAÇÃO DE PASSAGEIROS NO TRANSPORTE AÉREO BATE NOVO RECORDE	18
<i>Recorde na aviação 1</i>	<i>18</i>
<i>Recorde na aviação 2</i>	<i>19</i>
<i>Recorde na aviação 3</i>	<i>19</i>
<i>Recorde na aviação 4</i>	<i>19</i>
<i>Gol: plano aprovado 1.....</i>	<i>19</i>
<i>Gol: plano aprovado 2.....</i>	<i>19</i>
NACIONAL - VOA BRASIL ATINGE 40 MIL RESERVAS E AMPLIA ACESSO AO TRANSPORTE AÉREO	19
NACIONAL - DINAMARCA INICIA PROGRAMA DE TESTES COM PILOTAGEM REMOTA DE NAVIOS	20
INTERNACIONAL - MISSÃO DA ATP VISITA TERMINAL DA DP WORLD EM LONDRES NO SEGUNDO DIA DE AGENDA	21
REGIÃO NORDESTE - CONEXÃO NORDESTE	22
REGIÃO SUDESTE - SANTOS COBRA CONTRA-PARTIDAS DIANTE DO MAIOR LEILÃO PORTUÁRIO DO BRASIL	22
COMÉRCIO EXTERIOR - ZPE DE UBERABA VAI RECEBER INVESTIMENTO DE R\$ 7,8 BI EM H2V	24
REGIÃO SUDESTE - GOVERNO DE MG AVALIA PROJETO PARA PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEL	25
REGIÃO SUDESTE - ES VAI RECEBER NOVO TERMINAL DE PETRÓLEO COM INVESTIMENTOS DE R\$ 340 MILHÕES.....	26
REGIÃO SUL - PORTOS DO SUL TÊM MAIOR CRESCIMENTO PARA MARÇO EM UMA DÉCADA	28
REGIÃO NORTE - REGIÃO NORTE RECEBE R\$ 2 BILHÕES PARA IMPULSIONAR LOGÍSTICA FLUVIAL	29
REGIÃO CENTRO-OESTE - MOTIVA DEVE MANTER CONCESSÃO DA BR-163 EM MS APÓS LEILÃO SEM CONCORRÊNCIA	31
JORNAL O GLOBO – RJ.....	32
FIM DA REELEIÇÃO: CCJ DO SENADO APROVA PROPOSTA QUE PREVÊ MANDATO DE CINCO ANOS PARA PRESIDENTE,	
GOVERNADOR E PREFEITO	32
LICENCIAMENTO AMBIENTAL PROTEGE O FUTURO, EXPLICA ECONOMISTA	34
EUA FRACASSARAM AO LIMITAR VENDA DE CHIPS PARA CHINA E ESTÃO PERDENDO ESPAÇO NA CORRIDA TECNOLÓGICA,	
ALERTA CEO DA NVIDIA.....	35
UE ANUNCIA PLANO PARA REVIGORAR BLOCO, EM MEIO A DISPUTAS COMERCIAIS COM OS EUA.....	36
META AMPLIA CABO SUBMARINO PARA ATENDER REGIÃO SUL DO BRASIL E QUATRO PAÍSES DA AMÉRICA LATINA.....	38
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	38
PETROLEIRAS TENTAM MUDAR TRÂMITE DE LICENCIAMENTOS DO IBAMA APÓS IMPASSE EM MARGEM EQUATORIAL	38
LULA ASSINA MEDIDA PROVISÓRIA DA REFORMA DO SETOR ELÉTRICO	40
JUROS ALTOS, INCERTEZA FISCAL DE LULA, EFEITO TRUMP: O QUE AMEAÇA O CICLO DE INVESTIMENTOS NO BRASIL	41



JUROS ALTOS, INCERTEZA FISCAL DE LULA, EFEITO TRUMP: O QUE AMEAÇA O CICLO DE INVESTIMENTOS NO BRASIL	42
O QUE FEZ A INDÚSTRIA INVESTIR R\$ 371 BI EM CAPACIDADE DE PRODUÇÃO EM 2024, MAIOR GASTO EM 1 DÉCADA	44
VALOR ECONÔMICO (SP).....	45
ATRASOS CRÔNICOS EM EMBARQUES FORÇAM EMPRESAS A REPENSAR LOGÍSTICA ‘JUST-IN-TIME’	45
ARGENTINA TEM SUPERÁVIT COMERCIAL DE APENAS US\$ 204 MI EM ABRIL, COM ALTA DAS IMPORTAÇÕES.....	47
CONSELHO DO PPI RECOMENDA INCLUSÃO DE HIDROVIAS NO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO.....	48
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	49
PRATICAGEM BATIZA NAVIO HIDROGRÁFICO NO AMAPÁ	49
PROJETO DE TERMINAL NO ES PREVÊ R\$ 340 MILHÕES EM INFRAESTRUTURA PARA EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO.....	50
CINCO NAVIOS DA SEAGEMS JÁ OPERAM SOB CONTRATOS COM A PETROBRAS	50
ITAPOÁ REGISTROU SEGUNDA MAIOR MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES NO 1º TRI	51
ABIOVE MANTÉM PROJEÇÕES OTIMISTAS PARA SOJA EM 2025 E DESTACA ALTA DA PRODUÇÃO DE BIODIESEL	51
PETROBRAS OBTÉM APROVAÇÃO DO IBAMA PARA ETAPA DE LICENCIAMENTO NA FOZ DO AMAZONAS	52
VENDA DO CONTROLE DA WILSON SONS PARA MSC É APROVADA NA ANTAQ.....	53
LOG-IN PROGRAMA CICLO MAIS FORTE DE DOCAGENS A PARTIR DE 2026	53
PROJETOS DE OBRAS PORTUÁRIAS OBTÊM R\$ 4,1 BILHÕES EM PRIORIDADES DO FMM.....	54
TECON RIO GRANDE ZERA EMISSÕES ESCOPO 2 COM USO DE ENERGIA RENOVÁVEL	55
APS LANÇA EDITAL PARA MODERNIZAÇÃO DA SINALIZAÇÃO NÁUTICA EM ITAJAÍ.....	56
CNI DEFENDE PROTAGONISMO DA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA NA RELAÇÃO BRASIL-CHINA	56
PORTO DE ANTUÉRPPIA-BRUGES LANÇA REBOCADOR TOTALMENTE ELÉTRICO	57
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	57
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	57



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MEGATERMINAL EM SANTOS DEVE GERAR MAIS DE 3 MIL EMPREGOS; PROJETO É DISCUTIDO EM BRASÍLIA

Autoridades pedem garantias envolvendo área para contêineres a ser construída no Porto de Santos
Por ATribuna.com.br 21 de maio de 2025



Entre os temas abordados no encontro desta terça-feira, estão os impactos que o futuro terminal pode provocar (Divulgação)

Garantias à população e aos trabalhadores portuários avulsos no futuro megaterminal de contêineres Tecon Santos 10, a ser instalado no cais do Saboó, na Margem Direita do Porto de Santos.

Esse foi o tema de uma reunião, nesta terça-feira (20), em Brasília, que contou com as participações

do prefeito de Santos, Rogério Santos (Republicanos), do deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), do diretor-geral substituto da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Caio Farias, e do diretor-executivo do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), Mario Povia.

Nesta quarta, a documentação do Tecon Santos 10 está sob análise da Antaq e, posteriormente, seguirá ao Tribunal de Contas da União (TCU) para validação do processo e autorização do lançamento do edital. A expectativa do Governo Federal é realizar o leilão em dezembro.

O Tecon Santos 10 deve gerar 3,3 mil empregos diretos e ocupará área de 621,9 mil m² no Saboó. Com investimento previsto de R\$ 5,6 bilhões ao longo de 25 anos, terá um cais linear de 1,5 quilômetro, com quatro berços. Em sua capacidade máxima, movimentará 3,5 milhões de TEU (medida de um contêiner padrão de 20 pés), ampliando em 50% a capacidade operacional de contêineres no Porto santista, o que deve resultar em impactos logísticos e urbanos.

Em nota, Barbosa informou que a Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos (FPPA), que ele preside, solicitou que o edital delegue ao vencedor a responsabilidade imediata de execução da obra, logo após a assinatura do contrato, e a construção do cais público.

“Teremos uma série de impactos, desde questões relacionadas ao acesso à Baixada até a transferência do Terminal de Passageiros do Macuco para o Valongo”, disse o parlamentar, que defende “compensações justas à Cidade”.

Já o prefeito de Santos informou, também em nota, que o objetivo é garantir que os investimentos atendam aos interesses dos trabalhadores portuários, do empresariado local e da população. “Acompanhamos cada etapa no Governo Federal, no Governo do Estado ou nas agências reguladoras para obter o melhor resultado”.

Mario Povia observou que o Tecon Santos 10, o novo acesso à Cidade, a terceira pista da Rodovia dos Imigrantes, o Aeroporto de Guarujá, o túnel Santos-Guarujá e a transferência do terminal de passageiros irão gerar “uma reconfiguração completa do cluster logístico da Baixada”. Por isso, segundo ele, é essencial que esses projetos caminhem de forma coordenada.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 21/05/2025

REVISÃO DA LEI DOS PORTOS SERÁ DEBATIDA NESTA QUARTA-FEIRA EM BRASÍLIA

Summit Portos 2025, promovido pelo Grupo Tribuna, reúne especialistas e autoridades para discutir modernização, investimentos e segurança jurídica no setor

Por Bárbara Farias e Maurício Martins 21 de maio de 2025



Revisão da legislação portuária é fundamental para atrair novos investimentos, dizem especialistas (Alexsander Ferraz/AT)

A revisão de marco legal dos portos é urgente na visão do advogado Marcelo Sammarco, especialista em Direito Marítimo e Portuário e vice-presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI). Ele fez parte da Comissão de Juristas para a Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Ceportos), cujo relatório final deu origem ao Projeto de Lei (PL) 733/2025, em tramitação na Câmara dos

Deputados.

“O projeto propõe mecanismos modernos que favorecem a segurança jurídica e a alavancagem de investimentos privados, a sustentabilidade ambiental e a inovação — elementos essenciais para o desenvolvimento econômico do nosso País”, detalha Sammarco.

Segundo ele, o setor produtivo demanda aumento de capacidade, inovação tecnológica, logística eficiente e acessos adequados, visando ganhos de competitividade. “Tudo isso depende de investimentos privados em grande escala e de forma ágil”, ressalta o advogado.

Sammarco debaterá o tema como um dos participantes do Summit Portos 2025, evento promovido pelo Grupo Tribuna, nesta quarta (21), no Clube Naval, em Brasília, a partir das 13h50. O evento reunirá juristas e outros especialistas dos setores público e privado.

O presidente do IBI, Mario Povia, é outro que fará parte do debate técnico. Ele acredita que, para o Brasil ser ainda mais competitivo no mercado externo, o aprimoramento da Lei dos Portos, a desburocratização e a descentralização de processos para alavancar a infraestrutura de transportes são essenciais.

“É fundamental que a gente discuta e saia com uma proposta mais legítima, no sentido de termos um aprimoramento nesse projeto de lei que está posto aí em discussão no Congresso Nacional”, diz Povia.

Ele observa que um dos principais problemas enfrentados pelo setor portuário é a dificuldade de se alinhar os tempos necessários para o segmento privado e os tempos demandados pela área pública.

“Isso envolve o desenho do Estado brasileiro na forma decisória. Portanto, um tempo de demora muito grande para se prover em infraestrutura portuária, por exemplo, e o tempo do setor privado, que demanda por urgência, por projetos já estruturados para ter essa infraestrutura para o atendimento desse objetivo”.

Povia pontua que “o que se busca são decisões mais rápidas, alinhadas e concatenadas com a demanda do mercado, que viabilizem esses investimentos que são extremamente necessários para um País que precisa de provisão de infraestrutura de transportes, gerar emprego e renda”.

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Douglas Alencar apresentará no evento a proposta de lei que reformula o arcabouço legal portuário. Ele foi o presidente da Ceportos.



O primeiro painel terá como tema “Descentralizar, desburocratizar e investir para avançar”, que contará com seis debatedores. Já o segundo painel debaterá “Um porto sustentável” (confira detalhes ao lado).

A palestra de encerramento do evento será do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, que ministrará o tema “Segurança jurídica no setor de infraestrutura”.

Programação

13h50 – Abertura oficial

Marcos Clemente Santini, diretor-presidente do Jornal A Tribuna

14h – Apresentação do projeto de lei Douglas Alencar, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST)

14h30 – Etapas do projeto de lei e seus impactos Paulo Alexandre Barbosa, deputado federal e presidente da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos (FPPA)

15h – *Painel: Descentralizar, desburocratizar e investir para avançar* Mediação: Maxwell Rodrigues

Debatedores:

- Adalberto Santos de Vasconcelos (CEO da ASV Infra Partners Consultoria em Infraestrutura)
- Mário Povia (presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura, IBI)
- Caio Morel (diretor-executivo da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres, Abratec)
- Eduardo Heron (diretor técnico do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil, Cecafé)
- Bruno Stupello (diretor de Operações Portuárias da Santos Brasil)
- Marcelo Sammarco (advogado especialista em Direito Marítimo, Portuário e Regulatório)

16h30 – *Painel: Um porto sustentável, inovador e eficiente*

Mediação: Maxwell Rodrigues

Debatedores:

- Tetsu Koike (diretor de políticas setoriais do Ministério de Portos e Aeroportos, MPor)
- Alexandre Luiz Ramos (ministro do TST) - Sérgio Aquino (presidente da Fenop)
- Frederico Messias (juiz coordenador do Núcleo de Direito Marítimo do Tribunal de Justiça de São Paulo)
- Jacqueline Wendpap (diretora-executiva do Instituto Praticagem do Brasil)
- Marco Sanches (presidente do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga do Porto de Santos)

18h – Encerramento

– Palestra: Segurança jurídica no setor de infraestrutura Palestrante: Dias Toffoli, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 21/05/2025

PORTO DE SANTOS PLANEJA INVESTIR R\$ 1,4 BILHÃO EM OBRAS E ENTREGA CRONOGRAMA À ANTAQ

Autoridade Portuária protocola plano de investimentos em infraestrutura antes do fim do prazo e busca atender exigências

Por Bárbara Farias 20 de maio de 2025 às 10:15

A Autoridade Portuária de Santos (APS) afirma ter protocolado um cronograma de investimentos no valor de R\$ 1,4 bilhão junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), no último dia 9. O aporte será aplicado em obras de infraestrutura de acesso terrestre ao Porto de Santos. A entrega teria ocorrido antes do término do prazo de 15 dias estipulado pela autarquia federal.



Obras da Perimetral da Margem Esquerda estão entre as previsões (Alexsander Ferraz/AT)

“A APS já atendeu à Antaq, enviando novo cronograma de obras, muito mais completo, e elaborado em conjunto com o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp). Ou seja, estamos resolvendo o que os que nos antecederam na APS não fizeram durante quatro anos”, esclareceu em nota o presidente APS, Anderson Pomini, lembrando ainda que “a gestão

passada investiu R\$ 71 milhões durante quatro anos e a atual já executa plano de investimento no valor de R\$ 12,5 bilhões em recursos federais”.

Em março, o Sopesp fez denúncia contra a APS junto à Antaq, requerendo a suspensão da cobrança de tarifa portuária, alegando que a estatal descumpriu deliberação que exigia revisão tarifária de 2018 a 2021. O Sopesp havia argumentado ainda que a APS não estaria cumprindo o próprio cronograma físico-financeiro para obras de infraestrutura terrestre do Porto.

Na ocasião, a Antaq acolheu o pedido do Sopesp, deliberando, inicialmente, um prazo de 30 dias, contado a partir do dia 24 de março, para a gestora do Porto de Santos apresentar o cronograma físico-econômico das obras de infraestrutura terrestre. Tendo o prazo original expirado em 23 de abril, com possível ampliação do prazo pelo período de 15 dias, o novo prazo final passaria a ser o dia 8 deste mês.

Procurado, o Sopesp informou apenas que “o processo mencionado segue em andamento junto aos órgãos competentes e somente se pronunciará sobre o assunto no momento adequado”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 21/05/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

NORDESTE PODE GANHAR EMPRESA AÉREA ESTATAL PARA VOOS REGIONAIS

Ministro do Turismo revela possibilidade de criação de companhia aérea em parceria com o Consórcio Nordeste para fortalecer voos entre cidades do interior e destinos turísticos da região

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Simulação do que seria um avião da companhia aérea regional do Nordeste. Foto: Imagem gerada por Inteligência Artificial

Atenção, senhores passageiros: o Nordeste pode ter uma companhia aérea estatal, voltada para voos entre os seus nove estados, uma alternativa para conectar cidades do interior a capitais e destinos turísticos, impulsionando uma das principais atividades econômicas desta parte do país. A ideia foi apresentada como uma resposta à retração da aviação regional no Brasil, intensificada pela concentração do mercado e pela suspensão de rotas consideradas menos rentáveis. A proposta partiu do ministro do Turismo, Celso Sabino, que revelou que o governo federal está estudando a possibilidade de uma parceria com o Consórcio

Nordeste, a autarquia interestadual brasileira que reúne todos os governadores locais.

“O consórcio de governadores do Nordeste trabalha para a concessão de benefícios para que uma nova companhia possa voar regionalmente dentro do Nordeste, ou até mesmo com a possibilidade da criação de uma companhia estatal para voar dentro do Nordeste, coordenada pelo próprio consórcio”, afirmou o ministro na segunda-feira (19), no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, após a abertura do Visit Brasil Summit. A informação foi divulgada pelo site Panrotas.

Aviação regional encolhe com fusões e cortes de rotas

O anúncio ocorre em meio a um cenário de reconfiguração do setor aéreo nacional. A possível fusão entre Azul e Gol, que está em análise, pode reduzir ainda mais a concorrência e impactar diretamente a oferta de voos regionais. Em estados do Nordeste, cidades de porte médio vêm perdendo conexões, enquanto destinos turísticos de menor porte enfrentam dificuldades para manter ligações aéreas regulares.

Atualmente, operam na região companhias como MAP Linhas Aéreas, Azul Conecta e Abaeté Linhas Aéreas, que atendem sobretudo cidades do interior e regiões com apelo turístico. No entanto, a rentabilidade limitada e a concentração de mercado vêm afetando a viabilidade dessas rotas.

Proposta encontra entraves, mas incentivos ajudam no debate

Embora a proposta de uma companhia aérea regional estatal chame atenção, sua viabilidade é considerada complexa por especialistas do setor. Além dos altos custos operacionais da aviação, o projeto exigiria um modelo de gestão eficiente e articulação federativa pouco comum no setor aéreo.

Apesar disso, o Nordeste reúne algumas condições que poderiam facilitar esse tipo de iniciativa. Os estados da região oferecem diversos incentivos fiscais, como a redução de até 75% no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) por meio da Sudene, além de ICMS sobre o combustível mais baixo em estados como Pernambuco. Esses benefícios ajudam a atrair operações regionais e podem tornar o projeto menos oneroso do que em outras regiões do país.

Conectividade e turismo regional na pauta do Consórcio Nordeste

A proposta se insere em uma série de ações do Consórcio Nordeste voltadas à promoção da integração e do turismo regional. Em 2024, foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica com a Embratur, prevendo ações como roadshows internacionais, qualificação de destinos e promoção de roteiros culturais nordestinos no exterior.

Nesse contexto, uma aérea regional poderia reforçar a conectividade entre cidades turísticas e capitais, ampliando o fluxo de visitantes e reduzindo a dependência de hubs localizados no Sudeste. Ainda assim, a execução da proposta depende de estudos mais aprofundados e de consenso entre os estados-membros do consórcio.

Infraestrutura em foco: leilões podem atrair operadores

Outra frente que pode influenciar a retomada da aviação regional no Nordeste é o leilão de aeroportos. O governo federal prevê novas rodadas de concessão para modernizar terminais regionais, melhorar a infraestrutura e ampliar a atratividade para companhias aéreas. A expectativa é de que esses investimentos contribuam para recuperar a malha aérea regional nos próximos anos.

Histórico reforça importância da aviação regional na região

O Nordeste já teve uma companhia regional de grande porte, a Nordeste Linhas Aéreas, fundada em 1976, que operava em cidades como Salvador, Recife, Natal, João Pessoa e Campina Grande. A empresa encerrou suas atividades em 2003, após ser incorporada pela Varig.

Propostas como a apresentada por Celso Sabino resgatam a memória desse período e reforçam a importância da aviação como vetor de desenvolvimento econômico e turístico. Ainda que a criação de uma nova companhia aérea estatal pareça, por ora, uma solução distante, o debate reacende a urgência de alternativas para manter a conectividade da região.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 21/05/2025

GERAÇÃO EÓLICA CRESCE 10,8% EM 2024 NO BRASIL

Em 2024, ocorreu uma expansão da capacidade instalada de 3,2 GW em parques eólicos. Desse total, cerca de 90% ficou no Nordeste

De Recife Ângela Fernanda Belfort - angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



O Nordeste recebeu cerca de 90% dos parques eólicos instalados em 2024. Foto: Ari Versiani/Divulgação

Mesmo com a crise de renováveis que atingiu principalmente o Nordeste, o Brasil encerrou 2024 com um crescimento de 10,8% da capacidade instalada de geração eólica em relação ao ano anterior. No final de dezembro último, eram 1.103 parques eólicos e 11.720 aerogeradores em operação, ultrapassando os 33 gigawatts (GW) de capacidade instalada.

Os números fazem parte do Boletim Anual 2024 da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) lançado esta semana. A geração eólica é a segunda maior fonte da matriz elétrica brasileira, responsável por 16,1% de toda a capacidade instalada do país.

Ainda em 2024, o setor realizou um investimento de cerca de R\$ 10,1 bilhões para implantar 76 parques com uma potência instalada de 3.254,3 megawatts (MW), sendo que 1.953,9 MW de capacidade instalada ficaram na Bahia, que também recebeu o maior número de parques eólicos: 48.

Além da Bahia, os demais Estados receberam o seguinte número de parques: Piauí (8), Rio Grande do Norte (9) e Rio Grande do Sul (3), Paraíba (3), Ceará (3) e Pernambuco (2). No Rio Grande do Sul, se instalou 10% da capacidade instalada durante 2024 e o restante ficou no Nordeste. Confira mais detalhes no quadro abaixo.

Estados do Nordeste com novos parques eólicos em 2024

Estado	Soma de Potência (MW)	Número de Parques
BA	1.953,9	48
PI	364,8	8
RN	313,5	9
PB	116,0	3
CE	112,5	3
PE	91,2	3
Total Geral	3.254,3	76

A presidente executiva da ABEEólica, Elbia Gannoum, afirma no boletim, que 2024, marcou, pela primeira vez um decréscimo na nova capacidade de geração eólica instalada no Brasil. Foram instalados 3,2 GW de capacidade instalada em novos parques em 2024, contra os 4,8 GW, recorde de instalação de geração eólica por três anos consecutivos.

O boletim também diz que os cortes de geração foram mais agressivos em 2024. Também chamados de curtailment, os cortes de geração trouxeram muitos prejuízos as eólicas do Nordeste, que tiveram que gerar menos do que o previsto por determinação do Operador Nacional do Sistema (ONS). Isso ocorreu devido a vários fatores, como uma operação mais conservadora das linhas de transmissão existentes pelo ONS, falta de linhas de transmissão em algumas localidades e excesso de geração em alguns horários que o consumo de energia do País é menor, entre outros.



Presidente executiva da ABEEólica, Elbia Gannoum, diz que os próximos dois anos vão trazer um olhar com uma nova perspectiva ao setor. Foto: Flavia Valsani (Abeeólica)

“Trabalhamos muito em 2024 e tudo indica que trabalharemos ainda mais. Não saímos da crise eólica, mas os dois próximos anos trarão um novo recorte, um novo olhar com uma nova perspectiva”, afirma Elbia.

Um dos caminhos para a eólica continuar se expandindo no Nordeste é a futura produção de hidrogênio verde, indústria eletrointensiva que vai precisar de muita energia renovável para produzir.

Ainda nas expectativas, o boletim cita como positiva a sanção da Lei nº 14.801/2024, que estabelece o marco legal para a geração de energia elétrica offshore no Brasil, abrindo caminho para o desenvolvimento de novos projetos eólicos no mar.

No mundo, o Brasil é o 5º País que tem maior capacidade instalada de geração eólica, ficando atrás da China (478,8 GW), Estados Unidos (154,1 GW), Alemanha (63,7 GW) e Índia (48,2 GW).

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 21/05/2025



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

COMUNICADO ANTAQ: PAINÉIS DA AGÊNCIA FICARÃO INDISPONÍVEIS NESTA TERÇA-FEIRA (20) PARA ATUALIZAÇÕES

A versão mais moderna garante mais processamento, memória e agilidade na consulta

Brasília, 20/05/2025 - Os painéis BI da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) ficarão fora do ar a partir das 19h desta terça-feira (20) para a atualização do ambiente Qlik Sense. A expectativa é que o serviço seja restabelecido após as 20h de hoje.

No total, 44 ferramentas ficarão indisponíveis para consulta nesse período. Entre os painéis estão: o Estatístico Aquaviário, o Índice de Desempenho Ambiental (IDA), os Resultados da Pesquisa Equidade de Gênero, a Análise do Impacto Regulatório, a Agenda Regulatória, entre outros.

A área de tecnologia da ANTAQ fará a atualização para a versão mais moderna do Qlik Sense, que terá mais poder de processamento e memória, permitindo consultas mais rápidas nos painéis existentes, além de possibilitar a inserção de novos projetos de BI no futuro.

Além disso, serão instalados dois programas que facilitarão a consulta por parte do usuário. Um desses dispositivos é o Qlik Alerting, que permite criar alertas personalizados e inteligentes para monitorar dados de negócios, e o segundo é o Qlik GeoAnalytics, que cria visualizações geográficas avançadas.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 21/05/2025

EXCELÊNCIA REGULATÓRIA: ANTAQ É RECONHECIDA COM SELO OURO DA FIESP

O selo premia a qualidade das normas, as boas práticas e a transparência nos processos



A premiação, promovida pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), tem como objetivo a promoção da cultura regulatória proativa e responsável.

O superintendente de Regulação, José Renato Fialho, ressaltou a importância da premiação e afirmou que "a conquista da categoria Ouro reconhece o esforço conjunto da Agência em priorizar o cidadão na regulação, concentrando-se nos usuários e desenvolvendo normas mais claras, eficientes e

alinhadas às demandas do setor e da sociedade".

Esse reconhecimento posiciona a Agência entre as instituições públicas que se destacam pela adoção das melhores práticas regulatórias no Brasil e reforça a responsabilidade da ANTAQ em continuar avançando em governança, transparência e eficiência.

Além disso, fortalece o compromisso com a modernização, a promoção da transparência no setor aquaviário e o interesse em proporcionar mais segurança jurídica, o que impacta positivamente os usuários dos serviços regulados pela Agência.

A avaliação considerou aspectos fundamentais para uma regulação moderna, como a transparência da Agenda Regulatória, a qualidade da Análise de Impacto Regulatório, a gestão eficiente do estoque normativo, a avaliação dos resultados das normas aplicadas e a ampla participação social nas decisões regulatórias.

A cerimônia oficial de entrega do selo está marcada para o dia 23 de junho, na sede da Fiesp, em São Paulo, reunindo representantes das principais entidades reguladoras do país.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 20/05/2025



Maior evento municipalista da América Latina reuniu o presidente Lula e ministros do Governo Federal - Foto: Vosmar Rosa/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou, ao lado do presidente Lula e de outras autoridades do Executivo e do Congresso Nacional, da abertura oficial da XXVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, na manhã desta terça-feira (20). Considerado o maior evento municipalista da América Latina, o encontro reúne, até o dia 22 de maio, mais de 14 mil prefeitos,

vereadores, secretários e gestores públicos de todo o Brasil, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília.

No evento, Costa Filho reforçou o compromisso do Ministério de Portos e Aeroportos com o desenvolvimento regional e a logística integrada, temas fundamentais para os municípios. "Todos sabem que eu sou um municipalista e, no meu entendimento, o futuro do Brasil não está apenas aqui em Brasília, mas sobretudo, nos nossos municípios, onde nós temos os nossos maiores problemas de ordem social. É por isso que cada vez mais a gente defende um pacto federativo, ou seja, que a gente possa ampliar as receitas das nossas cidades para que os prefeitos e prefeitas possam fazer mais investimentos em infraestrutura e programas sociais", afirmou o ministro. "Nós estamos trabalhando muito ao lado do presidente Lula em defesa de todos os municípios do Brasil", frisou.

O presidente Lula deu as boas-vindas aos prefeitos e destacou o trabalho de três anos que os prefeitos têm pela frente. "Não importa saber o partido, o que importa para mim é saber que os prefeitos estão em mandato, eleitos democraticamente. O que está em jogo é a necessidade dos moradores de cada localidade", pontuou Lula.

Marcha dos Prefeitos

A Marcha dos Prefeitos promove o fortalecimento da cooperação e o diálogo entre os entes da federação, e é pautado pela autonomia municipal. Além disso, promove debates de temas centrais para a administração pública local, como federalização climática, segurança pública, emendas parlamentares, saúde e educação.

A abertura da Marcha, ocorrida na segunda-feira (19), contou com palestras e painéis técnicos. Durante todo o evento, que se estende até quinta-feira (22), os participantes da Marcha terão acesso a atendimento especializado, à Feira de Expositores e à discussão de pautas prioritárias do movimento municipalista.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 20/05/2025

NOTA À IMPRENSA: SAÍDA DO CHAPTER 11 SINALIZA FORTALECIMENTO DO SETOR AÉREO

O Ministério de Portos e Aeroportos e o Governo Federal têm trabalhado para buscar o fortalecimento do setor aéreo, acompanhando todas as movimentações das companhias e fornecendo suporte institucional.

A notícia da saída da Gol do Chapter 11 é uma sinalização positiva nesse sentido e mostra que o setor aéreo tem respondido a esses esforços e está comprometido com o país e com a construção de um ambiente competitivo e de desenvolvimento econômico do setor.

O Governo Federal tem criado condições para que as empresas que atuam no setor possam se reestruturar, enfrentar os desafios que se colocam e sair ainda mais fortes das adversidades, em benefício dos passageiros e para a geração de emprego e renda.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 20/05/2025

TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS JÁ É 4% SUPERIOR AO PERÍODO PRÉ-PANDEMIA

Movimentação de 2025 deve ser a melhor da história e reflete resultados da economia brasileira, avalia Silvío Costa Filho



Em abril, a movimentação de passageiros superou novamente os recordes de fluxo para o mês - Foto: Arquivo/EBC

O número de passageiros que utilizaram o transporte aéreo nos quatro primeiros meses do ano no Brasil já é 4% maior do que o registrado no período pré-pandemia (2019). A informação consta do Relatório de Demanda e Oferta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e indica, na análise do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), que a movimentação anual deve ser a melhor da história,

ultrapassando 123 milhões de passageiros até dezembro.

“A movimentação recorde nos aeroportos é um termômetro da economia”, avalia o ministro Silvío Costa Filho, do MPor. “Estamos com o menor índice de desemprego da história. Contrariando os pessimistas, teremos novamente um PIB crescendo acima de 2%. No setor portuário, estamos modernizando nossos aeroportos, ampliando o bem-estar dos passageiros, preparando nossas cidades para o desenvolvimento econômico previsto para os próximos anos”.

O crescimento neste início de ano já era perceptível nos voos internacionais, que chegaram a 9,5 milhões de passageiros até abril (15% superior ao registrado em 2019), mas também foi constatado nos voos domésticos (0,7% superior ao de 2019), com 31,6 milhões de pessoas transportadas em quatro meses.

Em abril, a movimentação de passageiros superou novamente os recordes de fluxo para o mês, com 7,9 milhões de passageiros processados no mercado doméstico e 2,1 milhões no mercado internacional, totalizando cerca de 10 milhões de passageiros (alta de 9,6% em relação ao ano passado). É também a primeira vez que o setor internacional supera 2 milhões de passageiros no período de abril desde o início da série histórica, iniciada em janeiro de 2000.

“Mês a mês comemoramos o aumento no número de passageiros processados e tivemos um mês de abril marcado pelo forte crescimento do fluxo internacional, passando dos 2 milhões de passageiros pela primeira vez na história. É incontestável que a aviação civil brasileira segue em crescimento dentro e fora do país, o que nos anima a trabalhar por mais infraestrutura e apoio ao setor”, avalia o secretário Nacional de Aviação Civil, Tomé Franca.

Também a movimentação de carga aérea nos quatro primeiros meses do ano (437 mil toneladas) está acima do registrado antes da pandemia (386 mil toneladas). Em abril, o volume transportado nos voos internacionais foi de 74,8 mil toneladas, um crescimento de 4,4% em relação a abril de 2024. A movimentação de carga doméstica foi de 35,9 mil toneladas, 12,5% abaixo do total movimentado em abril do ano anterior.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 20/05/2025

ASSÉDIO NÃO DECOLA: MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS E ANAC LANÇAM GUIA CONTRA O ASSÉDIO NA AVIAÇÃO

Iniciativa busca prevenir e combater o assédio em aeroportos e aeronaves



O Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) lançam, nesta quarta-feira (21), o Guia de Combate ao Assédio e à Importunação Sexual na Aviação Civil - Foto: Ascom/MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) lançam, nesta quarta-feira (21), o Guia de Combate ao Assédio e à Importunação Sexual na Aviação Civil. O evento será realizado no Terminal executivo do Aeroporto Internacional de Brasília (antigo terminal 2) e contará com a presença do ministro Silvio Costa Filho, do diretor-presidente substituto da Anac, Roberto Honorato, além de autoridades públicas, representantes do setor aéreo e profissionais envolvidos na proteção de passageiros e trabalhadores.

A iniciativa faz parte da campanha Assédio Não Decola e tem como objetivo prevenir, acolher e combater o assédio em aeroportos e aeronaves de todo o país. Com 26 páginas e linguagem simples, o guia foi criado para orientar empresas do setor, profissionais da aviação, passageiros e usuários. O material explica como identificar situações de assédio, acolher vítimas, fazer denúncias e buscar apoio.

A campanha reafirma o compromisso do Ministério de Portos e Aeroportos com a construção de ambientes mais seguros, respeitosos e inclusivos na aviação civil.

No mesmo evento será assinado o manifesto “He for She”, dentro de campanha promovida pela ONU Mulheres, para reforçar o compromisso do Ministério de Portos e Aeroportos com a igualdade de gênero e a luta pelo fim da violência contra a mulher.

Atendimento à imprensa

Os profissionais de comunicação estão convidados a acompanhar o evento presencialmente. Para participar, basta encaminhar um e-mail para ascom@mpor.gov.br, com nome, empresa que trabalha e RG. A credencial para acompanhar a cerimônia deverá ser retirada no local do evento, a partir das 8h30. Ao final da solenidade, o ministro Silvio Costa Filho atenderá os jornalistas presentes.

Serviço

O quê: Lançamento do Guia de Combate ao Assédio na Aviação e assinatura do manifesto “He for She”

Quando: Quarta-feira, 21 de maio

Horário: 9h (credenciamento a partir das 8h30)

Local: Terminal Executivo (antigo terminal 2) do Aeroporto Internacional de Brasília - Área Especial s/n, Lago Sul – Brasília/DF

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 20/05/2025

PARANAGUÁ INVESTE EM SUSTENTABILIDADE E RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE

Conheça as ações da autoridade portuária que atua para preservar o meio ambiente



Paranaguá alia sustentabilidade com ações compartilhadas com a comunidade local - Foto: Claudio Neves/Portos do Paraná

A Portos do Paraná, segunda maior autoridade portuária do Brasil, é também uma das que mais investem em sustentabilidade. Responsável pelos portos de Paranaguá e Antonina, ambos no litoral paranaense, a gestora realiza uma série de ações voltadas à preservação do meio ambiente, ao manejo sustentável e ao fortalecimento da relação com as comunidades locais.

Algumas dessas ações são compensatórias e de monitoramento, com o objetivo de prevenir e mitigar possíveis impactos ambientais das operações portuárias, além de projetos de preservação que envolvem diretamente a comunidade.

A Autoridade Portuária monitora a qualidade do ar e da água, acompanha cetáceos – como golfinhos e toninhas –, quelônios – como tartarugas – e os manguezais. Como medida compensatória pela dragagem de aprofundamento do Porto de Paranaguá, a autoridade portuária construiu trapiches em comunidades localizadas nas baías de Paranaguá e Antonina, atendendo a um pedido dos pescadores locais. Os trapiches são plataformas instaladas sobre a água, utilizadas para o atracamento de embarcações e movimentação de cargas e passageiros.

Recuperação

Em 2024, a autoridade portuária investiu R\$ 35 milhões em programas ambientais e ações socioambientais. Desse total, R\$ 20 milhões foram aplicados em projetos voltados às comunidades do litoral paranaense.

“O programa de recuperação de área degradada, no município de Antonina, recuperou mais de 400 mil metros quadrados que, no passado, foram utilizados para pastagem ou agricultura”, detalha o diretor de Meio Ambiente da Portos do Paraná, João Paulo Ribeiro Santana.

A empresa optou pela implantação de sistemas agroflorestais com espécies nativas de interesse econômico. Foram plantadas mais de 55 mil mudas de 121 espécies nativas – uma forma de recuperar a biodiversidade e sequestrar carbono da atmosfera. Como a área degradada vinha levando sedimentos para dentro da baía, sua recuperação também contribuiu para evitar futuros custos com dragagens.

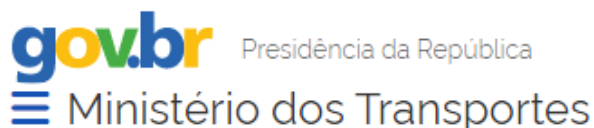
“Na comunidade de Orafrazina, em Paranaguá, implantamos um sistema de tratamento de esgoto alternativo em diversas casas e na escola. O tratamento é realizado por meio de raízes de plantas, e o sistema utiliza minhocas. Foi uma ação muito importante, pois devolveu qualidade à água da região”, explica o diretor. A iniciativa é uma parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e atendeu todas as residências locais.

O próximo projeto, solicitado pela comunidade, será a implantação de linhas experimentais para cultivo de ostras. “Estamos conectados pela água com diversas comunidades. Levamos cursos, capacitações e ações para o fortalecimento dos produtos locais. Agora, buscamos trazer novas técnicas que possam agregar valor à cadeia produtiva da pesca tradicional”, informa João Paulo.

As ações da autoridade portuária estão em consonância com a Agenda 2030, que estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Por esse motivo, a empresa já foi convidada a palestrar cinco vezes em eventos da ONU sobre mudanças climáticas.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 20/05/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES FORTALECE DIÁLOGO COM CAMINHONEIROS E AMPLIA AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO



Em encontro com a categoria nesta terça-feira (20), foram apresentados avanços em regulação, pontos de parada e modernização dos sistemas de fiscalização

Secretária Viviane Esse ouviu demandas da categoria e reforçou compromisso da gestão com o diálogo - Foto: Marcio Ferreira/MT

O Ministério dos Transportes promoveu, nesta terça-feira (20), a segunda edição do Fórum de Transportadores de Carga, reunindo lideranças do setor, caminhoneiros e integrantes do Governo

Federal. O objetivo foi fortalecer o diálogo com os trabalhadores e acompanhar os avanços nas ações de fiscalização e regulação do setor de transporte rodoviário de cargas.

Durante a abertura, a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse, destacou o fortalecimento da política de pontos de parada e descanso (PPDs), implementada nesta gestão. Atualmente, oito unidades estão em funcionamento, e outras 90 estão previstas em rodovias concedidas. Ela também ressaltou a importância de abordar questões sociais e estruturais que impactam os profissionais do setor, por meio de uma análise técnica das demandas, classificadas por grau de complexidade e estágio de resolução.

A titular da SNTR reforçou o compromisso com um processo contínuo de escuta e resposta às necessidades da categoria. “A expectativa é de que esse modelo de monitoramento ativo e ações concretas fortaleça a confiança dos caminhoneiros no governo e traga melhorias reais para a vida de quem move o Brasil pelas estradas”, afirmou.

Outro importante eixo do encontro foi a modernização dos sistemas de fiscalização, que foi apresentado pelo superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Hugo Rodrigues, por meio de um painel com dados atualizados sobre infrações, fiscalizações remotas e presenciais, além de projeções de aumento na produtividade. Rodrigues também destacou a ampliação do uso de tecnologias, como sistemas automatizados de monitoramento e emissão de multas, que prometem dar mais agilidade e transparência às ações. A criação de canais diretos de denúncia, como QR Codes e guias digitais, foi apontada como uma medida essencial para garantir a participação ativa dos caminhoneiros.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 20/05/2025

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA DEVEM IMPULSIONAR CRESCIMENTO DO PIB EM 0,3%, AFIRMA RENAN FILHO

Em audiência pública no Senado Federal, ministro apresentou planos da pasta para os próximos anos



Investimentos em infraestrutura devem impulsionar crescimento do PIB em 0,3%. - Foto: Marcio Ferreira/MT

Para acompanhar o crescimento da produção nacional de grãos, estimada em 332,9 milhões de toneladas para a safra 2024/2025, o Governo Federal planeja investir R\$ 260 bilhões em infraestrutura rodoviária e ferroviária nos próximos dois anos. A informação foi apresentada pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, nesta terça-feira (20), durante audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura

(CI) do Senado Federal.

De acordo com Renan, os recursos serão levantados tanto por meio de aportes públicos quanto privados, em uma carteira de projetos que inclui cerca de 48 concessões, com 9 processos concorrenciais já realizados pela pasta.

“Somente os investimentos em infraestrutura vão adicionar, por ano, 0,3% ao PIB (Produto Interno Bruto), com certeza, já contratados, podendo chegar a 0,5% no crescimento do PIB”, afirmou.

O ministro destacou a necessidade de garantir que a infraestrutura de transportes atenda à demanda para o escoamento das mercadorias agrícolas aos canais de exportação e para a distribuição no mercado interno. A previsão é que sejam leiloados para gestores privados mais de 25 mil quilômetros de trechos da União, totalizando R\$ 475 bilhões até o final de dezembro de 2026.

“O Brasil é o país do escoamento da produção por caminhão. E uma boa parcela da produção tem que encontrar os portos para ser exportada para o mundo inteiro”, ressaltou.

Na lista do modal rodoviário, constam 32 otimizações contratuais e projetos importantes para a economia, como a Rota Agro (BR-060/364/GO/MT), a Rota do Recôncavo (BR-116/324/BA), a Autopista Fluminense (BR-101/RJ), entre outros. Renan Filho pontuou que a proposta do Executivo é trazer mais segurança para os motoristas que percorrem as estradas do Brasil, proporcionando uma maior qualidade de vida para aqueles que estão em deslocamento a passeio, além de melhorias nas condições dos serviços para os profissionais do transporte de cargas.

“Cada pneu de caminhão custa R\$ 5 mil. E o pedágio é R\$ 10, R\$ 9, R\$ 11. Isso porque não estou comparando com a virada de caminhão, pois essa não tem preço: perde-se a carga, o equipamento e, muitas vezes, a vida do motorista e das pessoas que estão ali. E isso ocorre muito mais quando a pista é simples, sem investimento”, complementou.

Ferrovias

Por fim, Renan Filho anunciou que a pasta programou quatro leilões para impulsionar os investimentos em ferrovias: o Anel Ferroviário do Sudeste (EF-118), que conectará o Espírito Santo ao Rio de Janeiro e a importantes portos, como Santos (SP) e Açu (RJ); o corredor Fico-Fiol, que integrará o Leste-Oeste do país; a Ferrogrão, prevista para o próximo ano; e a otimização da malha oeste, atualmente sob análise do Tribunal de Contas da União (TCU).

“As estratégias para fomentar os investimentos em ferrovias incluem também o fortalecimento das parcerias públicas e privadas e o fechamento das lacunas de viabilidade por meio de aportes públicos”, finalizou.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 20/05/2025

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O IMPACTO DO VOA BRASIL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A marca de 40 mil reservas efetuadas no âmbito do programa Voa Brasil, que democratiza o acesso ao transporte aéreo para aposentados do INSS, ilustra o potencial de iniciativas bem concebidas para impulsionar a aviação comercial no País. A utilização de assentos ociosos, em parceria com as companhias aéreas, demonstra uma abordagem inteligente que beneficia tanto os passageiros quanto o setor.

O programa, ao oferecer passagens a preços mais acessíveis, de até R\$ 200,00, cumpre um papel relevante na inserção social, permitindo que um contingente significativo de cidadãos tenha a oportunidade de viajar pelo Brasil, seja para reencontrar familiares, seja para o turismo. A avaliação do ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, sobre a dignidade proporcionada aos aposentados que antes não utilizavam o transporte aéreo ressalta o impacto humano da iniciativa.

O secretário nacional de Aviação Civil, Tomé Franca, enfatiza a importância do Voa Brasil para a política de inserção de novos passageiros no modal aéreo, celebrando o aumento constante de brasileiros voando. A expectativa de um crescimento significativo no número de passageiros processados ao longo do ano reforça a contribuição do programa para o aquecimento do setor.

A concentração dos principais destinos nas regiões Sudeste e Nordeste, com São Paulo liderando a lista, oferece um panorama da demanda e do potencial de desenvolvimento da aviação regional, conforme a observação do ministro. A abrangência do programa, que movimentou aeroportos em 84 cidades, sugere um impacto positivo na conectividade e na economia local.

O modelo de comercialização das passagens, exclusivamente pelo portal gov.br/voabrasil, simplifica o acesso aos bilhetes, sem a necessidade de cadastro ou pagamento de taxas adicionais. A única restrição, de não ter utilizado o transporte aéreo nos últimos 12 meses, direciona o programa para o seu público-alvo de novos viajantes.

A maior movimentação de passageiros, especialmente em rotas com ociosidade, possui o condão de gerar um efeito multiplicador na economia local, estimulando o consumo e a criação de empregos em diversos setores ligados ao turismo. Dessa forma, o programa Voa Brasil demonstra ser uma ferramenta eficaz para impulsionar a aviação comercial, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social e o desenvolvimento econômico regional. Uma ferramenta eficaz que, cada vez mais, demonstra seus efeitos no turismo e na economia nacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - MOVIMENTAÇÃO DE PASSAGEIROS NO TRANSPORTE AÉREO BATE NOVO RECORDE

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

RECORDE NA AVIAÇÃO 1

A movimentação de passageiros no transporte aéreo em abril, no Brasil, bateu um novo recorde para o mês. Foram 7,9 milhões de pessoas registradas no mercado doméstico e 2,1 milhões no internacional, totalizando 10 milhões de passageiros, com um crescimento de 11,1% em relação a abril do ano passado. Os dados integram o mais recente relatório de demanda e oferta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), divulgado em Brasília nessa terça-feira, dia 20.

RECORDE NA AVIAÇÃO 2

De acordo com a Anac, o aumento no mês foi impulsionado principalmente pelos passageiros em voos internacionais, que tiveram uma alta de 17,2%. Esta também foi a primeira vez que o segmento internacional supera 2 milhões de usuários em abril desde o início da série histórica, iniciada em janeiro de 2000.

RECORDE NA AVIAÇÃO 3

O relatório da Anac ainda analisa a relação entre a procura por voos e o oferecimento do serviço pelas companhias. A demanda doméstica, medida em passageiros por quilômetros transportados, cresceu 13,4% em relação a abril de 2024, enquanto a oferta, contabilizada em assentos por quilômetros oferecidos, teve uma alta de 7,6%. O aumento da demanda internacional ficou em 14,4%, enquanto a oferta internacional teve crescimento de 12,2%.

RECORDE NA AVIAÇÃO 4

Os números foram comemorados pelo ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho. “A movimentação recorde nos aeroportos é um termômetro da economia”, avaliou. Segundo ele, o ano tende a ser o melhor da história, devendo fechar com mais de 123 milhões de passageiros.

GOL: PLANO APROVADO 1

A Justiça dos Estados Unidos autorizou, na tarde dessa terça-feira, dia 20, o plano de reestruturação da companhia aérea Gol. A decisão foi divulgada pela empresa em fato relevante divulgado ao mercado nesse mesmo dia. Com dívidas somando R\$ 20 bilhões, a Gol entrou com pedido de proteção sob o Chapter 11 (o equivalente à recuperação judicial no Brasil) no Tribunal de Falências de Nova York em janeiro de 2024.

GOL: PLANO APROVADO 2

No comunicado do fato relevante, a Gol também informou que espera concluir o processo de Chapter 11 e sair da reestruturação no próximo mês.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 21/05/2025

NACIONAL - VOA BRASIL ATINGE 40 MIL RESERVAS E AMPLIA ACESSO AO TRANSPORTE AÉREO

Programa oferece passagens de até R\$ 200 a aposentados e já movimentou aeroportos de 84 cidades

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Mais de 40 mil aposentados já viajaram com o Voa Brasil em menos de 10 meses, segundo balanço do governo

O programa Voa Brasil, que oferece passagens aéreas de até R\$ 200 a aposentados do INSS, atingiu o número de 40 mil reservas efetuadas pelos beneficiários. Considerando que o Voa Brasil utiliza assentos ociosos oferecidos pelas companhias aéreas, o número seria suficiente para lotar 300 aeronaves de aposentados desde o início do programa, criado no final de julho do ano passado.

“É um programa de inserção social, que oferece dignidade aos aposentados do país. São pessoas que não utilizavam, há pelo menos 12 meses ou nunca utilizaram, o transporte aéreo e tiveram a oportunidade de viajar pelo país, rever parentes, fazer turismo a um preço mais acessível”, avalia o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho.

Dona Magali Procópio e o seu Nivaldo Barbosa são aposentados que viajaram recentemente utilizando o Voa Brasil. Moradores de Minas Gerais, eles contam que iriam fazer a viagem para Brasília de carro, até serem lembrados pelo sobrinho sobre o programa. “Ele nos mostrou o caminho exato. Fizemos o acesso pela conta do gov.br e, logo no começo, encontramos os melhores horários para vir a Brasília. Foi muito tranquilo”, contou o casal.

O secretário Nacional de Aviação Civil, Tomé Franca ressalta a importância do programa para a política de inserção de novos passageiros no modal aéreo. “O Voa Brasil mostra a disposição do Governo Federal em trabalhar para que mais pessoas possam ter acesso a passagens aéreas. Comemoramos todos os meses o aumento de mais brasileiros viajando e esperamos fechar o ano com um aumento de 4,4% no número de passageiros processados em comparação com o ano passado. O programa segue firme e ajudando o país a decolar”, destacou.

O programa Voa Brasil não utiliza recursos públicos e conta com a parceria das empresas aéreas para disponibilizar as vagas ociosas nos voos.

OS PRINCIPAIS DESTINOS DOS APOSENTADOS NESTES QUASE 10 MESES DE PROGRAMA ESTÃO CONCENTRADOS NAS REGIÕES SUDESTE (42,5%) E NORDESTE (40%). A CIDADE DE SÃO PAULO LIDERA A RELAÇÃO, SEGUIDA POR RIO DE JANEIRO, RECIFE, FORTALEZA, BRASÍLIA, SALVADOR, JOÃO PESSOA, MACEIÓ, BELO HORIZONTE E NATAL

Principais destinos

Os principais destinos dos aposentados nestes quase 10 meses de programa estão concentrados nas regiões Sudeste (42,5%) e Nordeste (40%). A cidade de São Paulo lidera a relação, seguida por Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza, Brasília, Salvador, João Pessoa, Maceió, Belo Horizonte e Natal. No total, o programa movimentou aeroportos de 84 cidades, o que, na opinião do ministro, colabora com o desenvolvimento da aviação regional.

As passagens são comercializadas exclusivamente pelo www.gov.br/voabrasil, sem necessidade de cadastro ou pagamento de taxas. A única restrição é que o aposentado não tenha utilizado o transporte aéreo nos últimos 12 meses. Ao escolher data e destino, o beneficiado é direcionado para o site da companhia aérea que conclui o processo de compra.

A maior movimentação de passageiros, especialmente em rotas com ociosidade, pode gerar um impacto positivo na economia local, como aumento do consumo e geração de empregos em hotéis, restaurantes e outros serviços.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2025

NACIONAL - DINAMARCA INICIA PROGRAMA DE TESTES COM PILOTAGEM REMOTA DE NAVIOS

Tecnologia permite orientar embarcações à distância, sem piloto a bordo, em projeto aprovado pelas autoridades dinamarquesas

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

A Dinamarca iniciou o primeiro programa de testes do mundo com pilotagem remota de navios. O sistema, desenvolvido pela DanPilot em parceria com a Danelec, permite orientar embarcações sem a presença física de um piloto a bordo.

A tecnologia coleta dados do navio em tempo real e permite que os pilotos operem remotamente a partir de um centro de controle localizado na cidade de Randers.

Segundo os desenvolvedores, o método reduz riscos operacionais e o consumo de combustível, mantendo os padrões de segurança da pilotagem tradicional.

A fase de testes foi aprovada pela Agência Dinamarquesa de Gestão de Emergências e será limitada às regiões do Kattegat (estreito) e do Báltico Ocidental. A navegação nesses moldes ocorrerá apenas em trajetos que não exigem pilotagem obrigatória.

Para os próximos 18 meses, estão previstas cerca de 50 operações utilizando o novo sistema. Caso os resultados sejam positivos, a tecnologia poderá ser ampliada e adotada em outras regiões.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2025

INTERNACIONAL - MISSÃO DA ATP VISITA TERMINAL DA DP WORLD EM LONDRES NO SEGUNDO DIA DE AGENDA

Comitiva brasileira conheceu o terminal London Gateway, em Londres

Por PAULO JOSÉ RIBEIRO paulo.ribeiro@redebenews.com.br



A comitiva brasileira conheceu os resultados e projetos do empreendimento operado pela DP World. A empresa movimenta 70% de toda a operação de contêineres do Reino Unido

O segundo dia missão técnica da Associação dos Terminais Portuários Privados (ATP) no Reino Unido teve uma visita ao terminal London Gateway, em Londres, capital inglesa. A comitiva brasileira conheceu os resultados e projetos do empreendimento operado

pela DP World. A empresa movimenta 70% de toda a operação de contêineres do Reino Unido.

O London Gateway tem capacidade para 3,6 milhões de TEUs, calado de 17 metros de profundidade e uma operação quase toda eletrificada. O projeto de transição energética e descarbonização no terminal foi um dos destaques da agenda.

“A gente observa que essa é uma discussão já em voga no Brasil também. Não estamos atrás nessa busca pela descarbonização”, destacou a gerente de Comunicação Corporativa, Markeng e CSR da APM Terminal, Daiane Maeinchein.

Ela ressaltou ainda os projetos feitos pela própria companhia no Brasil. “Nós, da APM Terminal, estamos construindo um terminal 100% elétrico, o primeiro da América Latina, em Suape (PE), e o nosso terminal em Pecém já é quase 100% elétrico também”, explicou.

A DP World já realizou investimentos de 5 bilhões de libras nas operações britânicas, e anunciou mais 1 bilhão de libras, que será utilizado na construção de mais dois berços do London Gateway. No Reino Unido, além do terminal em Londres, a DPW opera em Southampton. Em 2024, a companhia movimentou 3,85 milhões de contêineres no país. Foram 64 bilhões de libras em valores nas exportações e importações.

Hoje (21), a comitiva visita o porto de Tilbury. Os próximos dias ainda preveem programação em Southampton e uma reunião com a Organização Marítima Internacional da ONU. Os desafios referentes à capacidade devem ser pauta das agendas. “A gente vive no Brasil um momento muito importante de expansão na infraestrutura também, com um novo leilão em Santos [Tecon Santos 10]. A gente espera poder, nos próximos meses, ter anúncios de investimentos trazendo a nossa infraestrutura para padrões internacionais. É uma discussão que a gente precisa ter, para ter uma ampla concorrência e atrair o maior investimento possível”, salientou Daiane.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2025

REGIÃO NORDESTE - CONEXÃO NORDESTE

Por HEITOR GREGÓRIO heitor.gregorio@redenenews.com.br



Ministro assina ordem de serviço para obras no Aeroporto de Mossoró

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, assina no próximo dia 22 de maio, às 10h30, a ordem de serviço para a reforma e ampliação do Aeroporto Dix-sept Rosado, em Mossoró, no Rio Grande do Norte. A informação foi divulgada pela governadora Fátima Bezerra, que pleiteou o benefício e participará da solenidade ao lado do presidente da Infraero, Rogério Barzellay.

A cerimônia acontecerá no próprio terminal e marca o início das obras de modernização do aeroporto, com investimentos de R\$ 70 milhões. A expectativa é de que a intervenção amplie a capacidade operacional do terminal, beneficiando a economia e a mobilidade da região Oeste potiguar.



Moinho de Trigo do Porto de Ilhéus volta a operar após 17 anos

Após 17 anos inativo, o Moinho de Trigo do Porto de Ilhéus retoma suas operações com expectativa de fortalecer a economia do sul da Bahia. Com capacidade para processar até 120 mil toneladas de trigo por ano, o empreendimento promete reduzir a dependência de importações e melhorar a logística de grãos na região. O projeto, fruto de parceria público-privada, terá R\$ 130 milhões em investimentos da Jav Indústria de Alimentos, do

Grupo Maratá, segundo a Codeba. O contrato de cessão da área, válido por 35 anos, inclui modernização completa, novos equipamentos, construção de silos e reestruturação física. A área concedida tem 16.719 m².



Terminal de Passageiros de Maceió vai a leilão em novo pacote do Governo Federal

O Terminal de Passageiros (TMP) do Porto de Maceió integra o 2º bloco de leilões de portos anunciado pelo Governo Federal. O equipamento, voltado ao embarque e desembarque de passageiros, visa melhorar o conforto e a segurança dos turistas que transitam pelo terminal alagoano. Além do terminal, está prevista a construção de um estacionamento adjacente. O investimento total será de R\$ 3,7 milhões, com prazo de 25 anos

de concessão. A iniciativa faz parte do plano federal que prevê a realização de cerca de 60 leilões em quatro anos, estimulando a modernização da infraestrutura portuária do país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2025

REGIÃO SUDESTE - SANTOS COBRA CONTRA-PARTIDAS DIANTE DO MAIOR LEILÃO PORTUÁRIO DO BRASIL

Projeto de Tecon Santos 10 prevê R\$ 5,6 bilhões e ampliação da capacidade de movimentação de contêineres em 50%

Por VANESSA PIMENTEL vanessa.pimentel@redenenews.com.br

O deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), que é também presidente da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos (FPPA), e Rogério Santos, prefeito de Santos, reuniram-se nesta terça-feira (20), em Brasília, com o diretor geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Caio Farias. Em pauta, a cobrança de contrapartidas e a garantia dos direitos da população da cidade diante da construção do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no Porto de Santos – o maior leilão de arrendamento portuário da história.



O megaterminal ampliará - em fases - em 50% a capacidade operacional do complexo e trará impactos logísticos, urbanos e econômicos para toda a Baixada Santista

O megaterminal ampliará – em fases – em 50% a capacidade operacional do complexo e trará impactos logísticos, urbanos e econômicos para toda a Baixada Santista. O cenário, segundo os representantes, exige articulação entre diferentes esferas de governo para assegurar compensações e benefícios à população local.

Por isso, entre outros temas, a reunião discutiu a preservação da qualidade de vida dos moradores, infraestrutura urbana adequada, garantia do espaço público operacional no porto e a valorização dos trabalhadores portuários.

A FPPA solicitou, formalmente, que o texto do edital que se avizinha delegue ao vencedor a responsabilidade imediata de execução da obra, logo após a assinatura de contrato; além da construção do cais público, uma reivindicação dos trabalhadores portuários.

“Estou saindo da sala do diretor geral da Antaq contente com o resultado da reunião. Discutimos questões centrais para o desenvolvimento da infraestrutura de transportes de toda a Baixada Santista. Este é um momento importante, de preparo do edital do Tecon 10”, disse Paulo Alexandre.

Ainda segundo o deputado, foram debatidas questões relacionadas aos acessos à Baixada Santista e a transferência do Terminal de Passageiros do bairro Macuco para o Valongo.

Já Rogério Santos citou que o objetivo da prefeitura é garantir que os investimentos atendam aos interesses dos trabalhadores portuários, do empresariado local e da população santista. “Não é hora de discurso, é hora de ação. Por isso, acompanhamos de perto cada etapa, seja no governo federal, no governo do estado de São Paulo ou nas agências reguladoras, para obter o melhor resultado possível”.



Projeto

O deputado federal Paulo Alexandre Barbosa, que preside a Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos, e o prefeito de Santos, Rogério Santos, reuniram-se com o diretor geral da Antaq, Caio Farias

O projeto Tecon Santos 10 prevê investimentos de R\$ 5,6 bilhões ao longo de 25 anos, com a geração estimada de 3.300 empregos diretos. Além disso, inclui a construção de quatro berços de atracação, com capacidade para movimentar 3,5 milhões de TEUs, medida padrão

internacional dos contêineres de 20 pés, por ano.

“É fundamental que a gente una desenvolvimento econômico com qualidade de vida, garantindo obras como o cais público, uma garantia de espaço público operacional no porto, e também

compensações justas para a cidade. Vamos acompanhar de perto a elaboração final do edital para garantir que esses compromissos estejam formalizados e contidos no edital do Tecon 10", concluiu o deputado.

Com a chancela da Antaq, o projeto seguirá para o Tribunal de Contas da União (TCU), que será responsável por validar o processo e autorizar o lançamento do edital. A expectativa do governo federal é que o leilão seja realizado em dezembro deste ano.

Novo cluster na Baixada Santista

O diretor do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), Mário Povia, por sua vez, enfatizou a complexidade do cenário logístico atual. "Vivemos um momento em que muitas coisas estão acontecendo ao mesmo tempo, o Tecon, o novo acesso à cidade, a terceira pista da Imigrantes, o aeroporto de Guarujá, a ligação seca, a transferência do terminal de passageiros. É uma reconfiguração completa do cluster logístico da Baixada. E é essencial que esses projetos caminhem de forma coordenada", explica Povia.

Próximo encontro

O diretor Geral da Antaq, Caio Farias, aceitou o convite para uma mesa redonda na sede da FPPA e do IBI, para discutir as questões que permeiam o Tecon 10, em um momento oportuno. "Acho interessante liderarmos esse processo", disse o diretor. Porém, a data do encontro ainda não foi marcada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2025

COMÉRCIO EXTERIOR - ZPE DE UBERABA VAI RECEBER INVESTIMENTO DE R\$ 7,8 BI EM H2V

O anúncio será feito durante o World Hydrogen Summit, evento internacional dedicado às energias renováveis, que ocorre de terça (20) a quinta-feira (22)

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redebeneews.com.br



Com uma área de 700 mil metros quadrados, a usina deverá gerar cerca de mil empregos diretos

A prefeita de Uberaba, Elisa Araújo (PSD), e o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação, Celso Neto, vão anunciar nesta semana, de Roterdã, na Holanda, um investimento de R\$ 7,8 bilhões na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do município. O anúncio será feito durante o World Hydrogen Summit, evento internacional dedicado

às energias renováveis, que ocorre de terça (20) a quinta-feira (22).

Segundo a chefe do Executivo, trata-se da implantação da maior planta de hidrogênio e amônia verdes em larga escala do Brasil. Com uma área de 700 mil metros quadrados, a usina deverá gerar cerca de mil empregos diretos. O projeto é liderado pela iniciativa internacional H2Brazil — fruto de uma parceria entre Brasil e Portugal — e conta com o apoio do Ministério de Minas e Energia (MME), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), da ApexBrasil e da agência alemã de cooperação GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit).

Além do novo empreendimento, Uberaba também aguarda a instalação da unidade da Atlas Agro, com previsão de aporte de R\$ 5 bilhões.

Posição global

Com uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, o Brasil vem consolidando sua posição global na produção de hidrogênio verde. No Ceará, o Complexo do Pecém desponta como um dos principais hubs de hidrogênio verde da América Latina. Localizado na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Pecém, o complexo já firmou acordos com empresas como Fortescue, Enegix Energy, Qair Brasil, White Martins e outras.

Os investimentos somam mais de US\$ 30 bilhões, com foco na exportação do combustível para a Europa. A posição estratégica do porto, aliada ao potencial de geração solar e eólica do estado, tem sido fundamental para atrair projetos de grande porte.

Na Bahia, o Polo Industrial de Camaçari abriga o primeiro projeto em escala comercial do país. Desenvolvido pela Unigel, em parceria com a empresa alemã thyssenkrupp nucera, o empreendimento recebeu um investimento inicial de US\$ 120 milhões. O projeto baiano marcou o início da industrialização do hidrogênio verde no Brasil, ainda em 2024.

O Rio de Janeiro também figura entre os estados que apostam na transição energética. No Porto do Açu, a Fortescue, em parceria com a Prumo Logística, planeja um complexo de produção e exportação de hidrogênio verde.

Já no Rio Grande do Norte, o projeto de um porto-indústria verde em parceria com a Qair Brasil e investidores estrangeiros visa integrar energia eólica offshore à produção de hidrogênio. Com estimativas que ultrapassam os R\$ 30 bilhões em aportes ao longo dos próximos anos, o estado potiguar aposta em sua vocação natural para energia renovável como pilar para o desenvolvimento econômico sustentável.

Além desses estados, outras unidades da Federação, como Maranhão, Pernambuco, Piauí e Espírito Santo, iniciam movimentações para atrair investimentos no setor.

Plano Nacional do Hidrogênio

O avanço do hidrogênio verde no Brasil conta com o suporte institucional do governo federal. O Plano Nacional do Hidrogênio, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), estabelece diretrizes para estruturar a cadeia produtiva, fomentar pesquisa e desenvolvimento e atrair capital estrangeiro. O país também mantém diálogo com blocos internacionais, como União Europeia e Japão, visando ampliar parcerias comerciais e tecnológicas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2025

REGIÃO SUDESTE - GOVERNO DE MG AVALIA PROJETO PARA PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEL

Discussão sobre possibilidade de empreendimento foi discutida durante reunião com a Be8 Energia Renovável

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A reunião ocorreu durante missão internacional do governo mineiro nos Estados Unidos com a Be8 Energia Renovável

O Governo de Minas Gerais discutiu a viabilidade de implantação de uma planta industrial de produção de biocombustível no estado. A reunião ocorreu entre representantes do

governo mineiro – em missão internacional aos EUA – e da empresa interessada, chamada Be8 Energia Renovável, que atua na produção de biodiesel, bioenergia e etanol.

Segundo o Governo Estadual, o projeto da Be8 prevê a instalação de uma planta industrial de biocombustíveis e bioquímica renovável no estado.

“A atração de investimentos em empresas que atuam com biocombustível e bioquímica renovável é fundamental para a transição energética no Estado. As tratativas para a chegada da Be8 impulsionam a descarbonização e promovem a reciclagem, que estão diretamente relacionadas às nossas metas ambientais”, afirmou o vice-governador de Minas Gerais, Mateus Simões.

O encontro foi realizado com o CEO da empresa, Erasmo Battistella.

Encontro com o CEO da Be8, Erasmo Battistella, ocorreu durante missão internacional nos Estados Unidos. Foto: Divulgação/Governo de Minas

Sustentabilidade

O Governo declarou que a possível construção do empreendimento reforça o compromisso com o tema da sustentabilidade, sobretudo nos segmentos da transição energética e economia verde.

Além disso, reforçou como pontos positivos a colocação de Minas na cadeia nacional e internacional de biocombustíveis, incentivo na atração de tecnologia limpa, bem como a criação de empregos qualificados, além de estar em sintonia com as políticas de atração de investimentos sustentáveis.

A Be8 Energia Renovável é uma empresa brasileira criada em abril de 2005, em Colorado, no Rio Grande do Sul, que produz os combustíveis a partir de óleos vegetais e gordura animal. Atualmente, a sede da Be8 fica em Passo Fundo, e a empresa conta com unidades industriais no Paraná, Piauí, Mato Grosso e Pará, além de estar presente no Paraguai e na Suíça.

Atualmente, a sede da Be8 fica em Passo Fundo, e a empresa conta com unidades industriais no Paraná, Piauí, Mato Grosso e Pará, além de estar presente também no exterior, no Paraguai e na Suíça.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2025

REGIÃO SUDESTE - ES VAI RECEBER NOVO TERMINAL DE PETRÓLEO COM INVESTIMENTOS DE R\$ 340 MILHÕES

Empreendimento localizado na Praia Mole, em Vitória, tem previsão de iniciar operações em 2027

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebenews.com.br



O futuro empreendimento foi apresentado nesta segunda-feira (19) ao vice-governador do Espírito Santo, Ricardo Ferraço

O estado do Espírito Santo vai ganhar nos próximos anos um novo terminal voltado para a movimentação e exportação de petróleo. Projetado para iniciar as operações no segundo semestre de 2027, o empreendimento, denominado de Terminal de Granéis Líquidos (TGL) Praia

Mole, em Vitória, será operado pela Blue Terminals, empresa do Grupo Zmax, com atuação no mercado de óleo e gás no Brasil.

O projeto foi apresentado nesta segunda-feira (19) ao vice-governador do Espírito Santo, Ricardo Ferraço. De acordo com a empresa que lidera a proposta, a instalação será voltada à operação de transferência de petróleo entre navios (ship to ship).

O investimento previsto é estimado em R\$ 340 milhões, com estrutura para movimentar até 14 milhões de toneladas de petróleo por ano, o que é equivalente a cerca de 100 milhões de barris.

“Estamos falando de uma infraestrutura pensada para colocar o Espírito Santo na rota global do petróleo. O Estado hoje é o terceiro maior produtor de petróleo do Brasil, mas exporta uma pequena parte do que produz. Com esse investimento, o Espírito Santo se consolida no mapa da exportação de petróleo”, afirmou o diretor executivo da Blue Terminals, Bruno Fardin.

O terminal permitirá operações entre navios de grande porte, mantendo as operações atuais dos portos de Tubarão e Praia Mole. A localização é considerada estratégica, protegida por um molhe – estrutura de engenharia marítima, geralmente construída com pedras ou concreto, com baixa incidência de correntes e ondas, garantindo segurança e eficiência.

“Comemoramos mais esse importante investimento para o Espírito Santo, a partir de uma vocação natural que possuímos. Iniciativa que vai potencializar uma área que está ociosa, gerando empregos, trabalho de qualidade, renda e receita para os municípios de Vila Velha, Vitória e Serra e para o Estado. Estímulo à atividade econômica que gera impactos diretos no desenvolvimento social”, destacou o vice-governador do estado.

Presente no encontro, o secretário de Desenvolvimento, Sérgio Vidigal, classificou o empreendimento como um investimento transformador para o estado, o colocando como referência no segmento de exportação de petróleo.

“O Espírito Santo é o ponto mais próximo da Ásia para exportações brasileiras, o que o torna altamente competitivo no cenário global. O novo terminal une tecnologia de ponta, segurança operacional e eficiência logística para atender à crescente demanda do setor, ao mesmo tempo em que movimenta R\$ 340 milhões em investimentos, gera milhares de empregos e amplia a arrecadação de royalties para municípios como Vitória, Serra e Vila Velha”, disse.

Potencial econômico

O futuro terminal possui potencial de gerar impactos econômicos considerados relevantes para o estado. A movimentação de petróleo prevista deve acarretar um aumento de aproximadamente R\$ 80 milhões por ano em royalties de petróleo, distribuídos entre Vitória (40%), Serra (30%) e Vila Velha (30%), considerando os parâmetros de volume e preço médios de 2023.

De acordo com estudos realizados por uma empresa de consultoria, a instalação do terminal portuário deve gerar a criação de quatro mil empregos diretos e indiretos.

“O Espírito Santo tem localização privilegiada, mão de obra qualificada e uma cultura portuária consolidada. Estamos confiantes de que o Terminal Praia Mole será um novo marco na economia capixaba”, reiterou o executivo da Blue Terminals.

O FUTURO TERMINAL POSSUI POTENCIAL DE GERAR IMPACTOS ECONÔMICOS CONSIDERADOS RELEVANTES PARA O ESTADO. A MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO PREVISTA DEVE ACARRETAR UM AUMENTO DE APROXIMADAMENTE R\$ 80 MILHÕES POR ANO EM ROYALTIES DE PETRÓLEO, DISTRIBUÍDOS ENTRE VITÓRIA (40%), SERRA (30%) E VILA VELHA (30%), CONSIDERANDO OS PARÂMETROS DE VOLUME E PREÇO MÉDIOS DE 2023

Acordo



A sua localização, considerada estratégica. é protegida por um molhe

Segundo a empresa, o projeto já possui maturidade técnica avançada, com engenharia conceitual concluída, 44 simulações de manobrabilidade aprovadas e processo de licenciamento ambiental em andamento junto ao Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA).

Um memorando de entendimento também já foi assinado pela Blue Terminals e a VPorts, Autoridade Portuária dos Portos do Espírito Santo e detentora da concessão do molhe de Praia Mole.

“Entre as determinações do contrato de concessão da Vports, está o desenvolvimento de novos negócios nos portos por ela administrados. Prova desse esforço são os 14 contratos já assinados para arrendamentos desde o início da concessão. Temos o compromisso com o desenvolvimento do Espírito Santo e o avanço de parcerias com empresas que busquem operar no Estado”, analisou Gustavo Serrão, diretor-presidente da VPorts.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 21/05/2025

REGIÃO SUL - PORTOS DO SUL TÊM MAIOR CRESCIMENTO PARA MARÇO EM UMA DÉCADA

Movimentação subiu 7%, puxada por granéis e contêineres; leilões prometem mais R\$ 1 bilhão em investimentos

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



No terceiro mês do ano, a alta foi de 7%, o maior volume para o mês nos últimos 10 anos, acima da média nacional, que foi de 1,96%

A movimentação de mercadorias nos portos públicos da Região Sul do Brasil apresentou crescimento expressivo em março, em comparação com o mesmo período do ano anterior. No terceiro mês do ano, a alta foi de 7%, o maior volume para o mês nos últimos 10 anos, acima da média nacional, que foi de 1,96%. Os dados fazem parte do relatório aquaviário divulgado neste mês pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o recorde não é fruto do acaso, mas sim de uma transformação em curso nos portos brasileiros. “Estamos falando de investimentos bilionários voltados à modernização e ao futuro do setor portuário nacional. São obras estruturantes que aumentam a eficiência dos terminais, atraem novos negócios e tornam nossos portos cada vez mais competitivos no cenário global. É a maior carteira de investimentos da história do setor, e ela está abrindo caminho para um novo ciclo de crescimento sustentável da nossa economia”, afirmou.



De acordo com o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, o crescimento expressivo nas movimentações portuárias é resultado de uma combinação de fatores. “No caso dos cereais, o avanço se deve, principalmente, aos volumes crescentes da produção agrícola, impulsionados por safras recordes previstas, além dos investimentos significativos realizados em nossos portos nos últimos anos. Na Região Sul, por exemplo, contamos com alguns dos principais portos especializados na movimentação de grãos vegetais, como Paranaguá, São Francisco do Sul e Rio Grande. Esses terminais têm papel estratégico e são grandes contribuintes para o escoamento da safra brasileira”, destacou.

No Paraná, o crescimento geral da movimentação portuária foi de 10,22%, impulsionado principalmente pelo aumento de 20% no volume de grãos sólidos. As cargas containerizadas também apresentaram alta, de 6,47%, juntamente com as demais cargas, que registraram aumento de 2,42%.

Santa Catarina teve um avanço de 3,84% no total movimentado, com destaque para o impressionante crescimento de 224,19% nas cargas containerizadas. O Porto de São Francisco do Sul liderou esse desempenho no estado. Já no Rio Grande do Sul, o crescimento geral foi de 3,24%, com destaque para o Porto de Rio Grande. A movimentação de cargas containerizadas aumentou quase 17%, impulsionando economicamente o estado.

O resultado confirma a tendência de retomada e expansão da atividade portuária na Região Sul, refletindo tanto o aumento da demanda externa quanto a eficiência dos terminais no escoamento de produtos.

Leilões

Para manter o ritmo de expansão da logística portuária, o Ministério de Portos confirmou, na última semana, o segundo bloco de leilões portuários deste ano, que totaliza R\$ 1,03 bilhão em investimentos.

O leilão contempla quatro terminais, incluindo o POA26, localizado na Poligonal do Porto Organizado de Porto Alegre (RS). A previsão é que o certame seja realizado em julho deste ano, após a aprovação dos estudos e a deliberação e publicação do edital pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Além do terminal em Porto Alegre, o novo bloco abrange áreas nos portos do Rio de Janeiro (RJ), Vila do Conde (PA) e Maceió (AL).

“O segundo bloco prevê a ampliação da capacidade logística para o escoamento da produção agrícola do Brasil, viabilizando maior infraestrutura de transporte, geração de emprego e renda, além de mais conforto para passageiros e turistas”, acrescentou o ministro Costa Filho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2025

REGIÃO NORTE - REGIÃO NORTE RECEBE R\$ 2 BILHÕES PARA IMPULSIONAR LOGÍSTICA FLUVIAL

O Conselho Diretor do FMM aprovou os investimentos e, na primeira reunião do ano, foram autorizados cinco projetos com foco na construção de balsas, empurradores, barcaças e rebocadores

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Conselho Diretor do FMM aprovou os investimentos e, na primeira reunião do ano, foram autorizados cinco projetos com foco na construção de balsas, empurradores, barcaças e rebocadores



Com crescimento exponencial no setor portuário e na indústria naval, as cidades da Região Norte devem manter o ritmo de evolução ao longo deste ano, segundo o governo. Em maio, o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante aprovou R\$ 2 bilhões em investimentos em projetos para potencializar a logística regional. Na primeira reunião do ano, foram autorizados cinco projetos com foco na construção de balsas, empurradores, barcas e rebocadores, que fortalecerão a navegação interior e a infraestrutura fluvial dos estados, especialmente do Amazonas e do Pará.

“A Região Norte possui uma riqueza hidrográfica inestimável. Os rios são as estradas locais. Por isso, investir na navegação interior é proporcionar mais qualidade de vida aos moradores dos estados da região, além de gerar emprego, renda e qualificação profissional, tanto para a construção e manutenção das embarcações quanto para a sua operação”, ressaltou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

O secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Antunes, destaca a crescente procura por financiamentos voltados ao fortalecimento da navegação interior no Norte do país. “Temos percebido, de maneira muito clara, um crescimento nas encomendas de embarcações para a navegação interior e para o transporte em nossas hidrovias. Temos diversos projetos em andamento e, nesta última reunião do Conselho Diretor do FMM, houve continuidade nesse movimento.”

O maior volume de investimentos aprovados, R\$ 1,4 bilhão, será destinado ao fomento da navegação interior no Pará. Estão previstas a instalação de um transbordo flutuante – uma plataforma ancorada que flutua na água, voltada à transferência de cargas entre diferentes meios de transporte, como navios e caminhões –, a construção de 66 barcas porta-contêineres, 42 barcas para transporte de grãos e oito empurradores.

O estado do Amazonas concentra quatro projetos que somam R\$ 563,9 milhões. Desse total, R\$ 169,6 milhões serão destinados à construção de 24 balsas graneleiras, duas balsas-tanques e aquisição de uma balsa-guindaste pela empresa Cidade Transportes.

A EdLopes Transportes Ltda lidera uma das maiores alocações de recursos na região. São R\$ 220,2 milhões destinados à construção de 36 balsas e três empurradores. Com prazo de execução de dois anos, a iniciativa deverá gerar 787 empregos diretos, contribuindo para a integração logística e o desenvolvimento regional.

A Wilson Sons Serviços Marítimos Ltda teve dois projetos aprovados. O primeiro prevê a construção de duas embarcações de apoio à navegação, no valor total de R\$ 157 milhões, com previsão de geração de 103 empregos diretos. O segundo, no valor de R\$ 16,3 milhões, contempla o reparo de duas embarcações rebocadoras.

26 projetos

O investimento total aprovado pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante na última reunião, em maio, foi de R\$ 22 bilhões, divididos em 26 projetos voltados à construção de embarcações, reparos, docagens, modernização de unidades existentes, ampliação de estaleiros e novas infraestruturas portuárias. Esse foi o maior volume de recursos aprovado pelo FMM em uma única reunião do conselho.

O Fundo da Marinha Mercante (FMM) é destinado a prover recursos para o desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras. É administrado pelo Ministério de Portos e Aeroportos, por meio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), e tem como agentes financeiros o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e a Caixa Econômica Federal.

REGIÃO CENTRO-OESTE - MOTIVA DEVE MANTER CONCESSÃO DA BR-163 EM MS APÓS LEILÃO SEM CONCORRÊNCIA

Deputados do Estado criticam acordo e falam em retrocesso; certame será na próxima quinta-feira (22)

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Com 845 quilômetros de extensão, a BR-163 é uma das principais rotas logísticas do agronegócio, ligando Mato Grosso do Sul

A concessão da BR-163 em Mato Grosso do Sul deverá permanecer sob responsabilidade da CCR MSVia — que agora passa a se chamar Motiva. A empresa foi a única a apresentar proposta no leilão simplificado promovido pelo Ministério dos

Transportes, cuja entrega de envelopes ocorreu nesta segunda-feira (19), na sede da B3, em São Paulo. O leilão formal acontece nesta quinta-feira (22), também na B3, mas a ausência de concorrência praticamente assegura a continuidade da empresa à frente da rodovia.

Esse é o primeiro leilão realizado no modelo simplificado, criado pelo governo federal para relatar trechos já concedidos, mas que enfrentaram problemas de execução e tiveram a devolução solicitada pelas operadoras. A estratégia busca evitar o fracasso de licitações por falta de interessados e garantir a continuidade da prestação de serviços com novas metas e obrigações. Com 845 quilômetros de extensão, a BR-163 é uma das principais rotas logísticas do agronegócio, ligando Mato Grosso do Sul ao Paraná e ao Mato Grosso.

O NOVO CONTRATO ESTENDE A CONCESSÃO ATÉ 2054 E PREVÊ UM INVESTIMENTO TOTAL DE R\$ 13 BILHÕES, SENDO R\$ 9,3 BILHÕES NOS PRIMEIROS NOVE ANOS. ENTRE AS INTERVENÇÕES PREVISTAS ESTÃO A DUPLICAÇÃO DE 210 KM DA RODOVIA, IMPLANTAÇÃO DE 170 KM DE FAIXAS ADICIONAIS, CONSTRUÇÃO DE 141 OBRAS DE ARTE ESPECIAIS (PONTES E VIADUTOS), 259 ACESSOS E 128 PONTOS DE ÔNIBUS. O CONTRATO TAMBÉM INCLUI 44 PASSARELAS PARA PEDESTRES E 17 PASSAGENS DE FAUNA, ALÉM DE ACOSTAMENTOS EM 467 KM E UM SISTEMA DE MONITORAMENTO INTELIGENTE DO TRÁFEGO

A CCR venceu o leilão original em 2014, com a menor tarifa de pedágio, e assumiu o compromisso de duplicar toda a rodovia até 2019. No entanto, apenas 150 km foram entregues nesse período — cerca de 18% do previsto. Em meio à crise econômica de 2015 e 2016 e à frustração de receitas, a concessionária solicitou a devolução amigável da concessão em 2019. Diante do insucesso na tentativa de nova licitação, o governo optou por negociar diretamente com a empresa, num processo que avançou lentamente até 2024.

Com aval da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Ministério dos Transportes, o novo contrato foi submetido ao TCU (Tribunal de Contas da União) e aprovado por seis votos a um no fim do ano passado. O relator, ministro Aroldo Cedraz, foi o único voto contrário, por considerar que a repactuação fere normas legais. Mesmo assim, a maioria do plenário avaliou que o acordo era necessário, diante do histórico da concessão e da baixa atratividade do trecho para novos investidores.

O novo contrato estende a concessão até 2054 e prevê um investimento total de R\$ 13 bilhões, sendo R\$ 9,3 bilhões nos primeiros nove anos. Entre as intervenções previstas estão a duplicação de 210 km da rodovia, implantação de 170 km de faixas adicionais, construção de 141 obras de arte

especiais (pontes e viadutos), 259 acessos e 128 pontos de ônibus. O contrato também inclui 44 passarelas para pedestres e 17 passagens de fauna, além de acostamentos em 467 km e um sistema de monitoramento inteligente do tráfego.

A tarifa de pedágio foi fixada em R\$ 7,52 por cada 100 km. O edital permitia que outras empresas apresentassem propostas com valores menores, o que abriria espaço para a Motiva cobrir a oferta, mas nenhuma outra companhia manifestou interesse. Caso outra empresa tivesse vencido, seria obrigada a indenizar a atual concessionária em cerca de R\$ 390 milhões, valor referente a obras já executadas, estudos contratados e desapropriações realizadas.

A relitação prevê ainda a alienação de 100% das ações da concessionária, o que garante que a empresa vencedora — no caso, a própria Motiva — assumirá integralmente a responsabilidade pela manutenção, ampliação e operação da rodovia.

Com a manutenção da atual operadora, a expectativa do governo federal é de que os investimentos comecem a ser executados já no segundo semestre deste ano. A BR-163 é considerada estratégica para o escoamento da produção agrícola brasileira, sobretudo de grãos e carne, e sua modernização é vista como essencial para a competitividade do agronegócio.

Reação negativa na Assembleia Legislativa

A manutenção da CCR, agora Motiva, na concessão gerou forte insatisfação entre deputados estaduais de Mato Grosso do Sul. Nesta terça-feira (20), parlamentares criticaram duramente o resultado do leilão, frustrados com a ausência de concorrência e o escopo reduzido de duplicações no novo contrato.

Além das críticas à execução e ao modelo do novo contrato, há questionamentos quanto à transparência do processo. Parlamentares e entidades locais cobraram maior publicidade dos critérios da renegociação e defenderam uma reavaliação do modelo simplificado, que, embora evite o fracasso dos leilões, reduz a competitividade e as garantias de melhoria dos serviços.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

FIM DA REELEIÇÃO: CCJ DO SENADO APROVA PROPOSTA QUE PREVÊ MANDATO DE CINCO ANOS PARA PRESIDENTE, GOVERNADOR E PREFEITO

Texto segue agora para o plenário da Casa e, se for aprovado pelos senadores, deverá seguir para Câmara

Por Camila Turtelli — Brasília



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado — Foto: Andressa Anholet/Agência Senado

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, nesta quarta-feira, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que extingue a reeleição para os cargos de presidente, governador e prefeito. O texto, relatado pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI), prevê um mandato único de cinco anos para todos os cargos eletivos, incluindo deputado e senador. O texto foi

aprovado de forma simbólica, sem a contagem dos votos.

Pela PEC, a partir de 2028 não terá mais reeleição para prefeitos e, a partir de 2030, não terá mais reeleição para governador e presidente. Para alinhar a coincidência de mandatos, haverá um período de transição. Prefeitos e vereadores eleitos em 2028, terão mandato de 6 anos. Já, a partir de 2034, prefeitos e vereadores vão ter mandatos de 5 anos.

O texto inicial previa mandato de 10 anos para senadores, após o período de transição, porém, por um acordo com o líder do PL, Carlos Portinho (PL-RJ), esse período foi reduzido para cinco anos. Com isso, haverá uma regra de transição estabelecendo que os senadores eleitos em 2026 ainda cumprirão mandatos de oito anos. Já os eleitos em 2030 terão um mandato excepcional de nove anos, para permitir a adaptação do ciclo eleitoral ao novo modelo. A partir de 2034, os mandatos passam a ser de cinco anos, com a regra valendo plenamente em 2039, quando o ciclo de eleições unificadas estará completamente implementado.

A PEC segue agora para o plenário do Senado, onde precisa ser aprovada em dois turnos por, no mínimo, 49 senadores. Depois disso, será encaminhada à Câmara dos Deputados. Ainda não há previsão de quando o texto será apreciado no plenário, mas a expectativa dos defensores do texto é que isso aconteça antes do recesso parlamentar do meio do ano.

O tema divide a base aliada do governo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é contrário ao fim da reeleição e já manifestou sua posição em reuniões com senadores no ano passado. A proposta também já foi criticada pela ministra Gleisi Hoffmann (Secretaria de Relações Institucionais), que vê a iniciativa como "oportunista e um retrocesso".

O assunto, no entanto, é consenso entre presidentes dos principais partidos e também conta com o apoio de ex-presidentes da República.

— Quando tivemos a proposta de reeleição no Congresso, fui contra. Sempre achei que devíamos ter mandato de seis ou cinco anos e não ter reeleição — disse o ex-presidente José Sarney ao GLOBO.

O presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), também defendeu o fim da reeleição durante a sessão.

—Além da reeleição, temos o fundo eleitoral a cada dois e dois anos—disse Alencar.

O que prevê o texto:

- Reeleição permitida para prefeitos eleitos em 2024 e para presidente e governadores eleitos em 2026, desde que não tenham exercido o cargo no mandato anterior.
- A partir de 2028 (prefeitos) e 2030 (presidente e governadores), não será mais permitida a reeleição.
- Mandato de prefeitos e vereadores eleitos em 2028 será de 6 anos; a partir de 2034, passa a ser de 5 anos.
- Mandatos legislativos (deputados federais, estaduais e distritais) terão 4 anos após as eleições de 2026 e 2030, e 5 anos a partir de 2034.
- Mandato de presidente e governadores será de 4 anos nas eleições de 2026 e 2030, e de 5 anos a partir de 2034

A ideia também tem o apoio do atual presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e do ex-presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A PEC foi proposta pelo senador Jorge Kajuru (PSB-GO). Defensores da medida argumentam que ela só passaria a valer a partir de 2030, o que não impediria Lula de concorrer à reeleição em 2026.

A proposta de Castro também prevê o aumento do mandato de vereadores, deputados e senadores. No caso dos dois primeiros, o tempo no cargo passaria de quatro para cinco anos. Já os senadores teriam mandato de dez anos, ante os oito atuais.

Além disso, o senador do MDB propõe a unificação das datas das eleições gerais — quando são eleitos presidente, governadores, senadores e deputados — com as eleições municipais — prefeitos e vereadores.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/05/2025

LICENCIAMENTO AMBIENTAL PROTEGE O FUTURO, EXPLICA ECONOMISTA

Por Luciana Casemiro



Desmatamento nas imediações de Porto Velho, na Amazônia — Foto: Victor Moriyama/NYT

A razão do licenciamento ambiental é proteger a sociedade de problemas futuros de natureza social e econômica, explica o economista Carlos Eduardo Frickmann Young, coordenador do Grupo de Economia do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (GEMA) da UFRJ. Flexibilizar as regras, como propõe o projeto de lei que será votado nesta quarta-feira pelo plenário do Senado, pode significar um custo futuro difícil de calcular para o setor privado e para o Estado,

avalia.

- O licenciamento não é um carimbo, um processo simplesmente burocrático. Trata-se de uma análise técnica que avalia os impactos relevantes de um empreendimento, se eles podem ser evitados ou mitigados. A ideia é antecipar problemas que podem vir a acontecer e caso os riscos superem os benefícios, evitar que o projeto seja realizado. Todo o processo busca proteger a economia do futuro. O que se está buscando com esse projeto é aumentar os ganhos do presente, sem levar em conta o custo que vai se ter a frente, que pode ser muito maior do que se ganhará agora - diz Young.

O economista lembra as perdas impostas ao Rio Grande do Sul no ano passado pelas inundações, que paralisaram as atividades produtivas, destruíram pontes, estradas e casas, o que causou prejuízo à iniciativa privada e aos cofres públicos, com impacto no déficit fiscal. Os licenciamentos ambientais, ressaltava Young, buscam garantir o menor impacto da atividade no meio ambiente e formas de mitigar quando elas são inevitáveis. O PL, ao permitir autodeclaração e extinguir a necessidade de nova análise de impacto para atividades já instaladas, assim como reduzir a discussão com os moradores locais, fragiliza o processo de prevenção, como apontou nota técnica do Observatório do Clima.

- A questão é que o custo da prevenção é privado, ele acontece no momento da instalação do projeto, e os empresários gritam. Já os custos dos desastres climáticos são difusos e recaem sobre o Estado e principalmente, sobre grupos sociais mais vulneráveis, que acabam sendo os mais impactados pelos problemas ambientais causados pelos empreendimentos, e as gerações futuras, que não podem estar presentes agora para se defender da conta futura irá recair sobre eles.

Young acrescenta que a conta é paga direta e indiretamente por toda a sociedade, ao se tornar um problema fiscal:

- Para custear a reconstrução da infraestrutura, de casas, o tratamento médico das pessoas atingidas que recorrem ao SUS são usados recursos cofres públicos, que é de todos nós, elevando o déficit do governo o que tem efeito inflacionário que pesa sobre toda a economia. Quem fez a queimada para expandir sua produção se beneficia com a safra, internaliza o lucro, mas os efeitos

das queimadas serão arcados pelo governo, inclusive o efeito na saúde das pessoas que vão recorrer ao SUS - exemplifica o coordenador do Gema.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/05/2025

EUA FRACASSARAM AO LIMITAR VENDA DE CHIPS PARA CHINA E ESTÃO PERDENDO ESPAÇO NA CORRIDA TECNOLÓGICA, ALERTA CEO DA NVIDIA

Jensen Huang argumentou que postura protecionista do governo tem prejudicado negócios da gigante de tecnologia e afirmou que ideia que os EUA são o único país que desenvolve e fornece infraestrutura de IA é fundamentalmente errada

Por O Globo com agências — Pequim



Jensen Huang, CEO da Nvidia — Foto: David Paul Morris/Bloomberg

O CEO da Nvidia, Jensen Huang, chamou de "fracasso" as restrições impostas pelos EUA para vendas de chips à China. Segundo ele, essas medidas impulsionaram concorrentes chineses, como a Huawei, a acelerar o desenvolvimento de chips locais, reduzindo a fatia da Nvidia no mercado chinês de 95% para 50%.

O executivo defendeu que os formuladores de políticas impulsionem a tecnologia de IA dos EUA, diminuindo as barreiras de exportação criadas para limitar o crescimento de um rival geopolítico. E também criticou a elaboração de novas regras para licenciamento de chips de IA nos EUA, dizendo que elas prejudicam a inovação.

— As premissas fundamentais que levaram à regra de difusão da IA provaram ser fundamentalmente falhas. Se os EUA quiserem permanecer à frente (na corrida tecnológica), precisamos maximizar e acelerar a nossa difusão, e não de limitá-la — disse ele nesta quarta-feira na Computex, evento de tecnologia em Taipei.

O governo Trump proibiu a Nvidia de vender seu chip H20 para a China, em abril, o que levou a uma baixa contábil nos resultados da empresa de US\$ 5,5 bilhões.

Alguns meses antes, o governo Biden anunciou um sistema de licenciamento de três níveis para chips de IA americanos a serem usados data centers ao redor do mundo. A norma, que deveria ter entrado em vigor em 15 de maio, criou restrições para a livre venda de chips pelos EUA.

As exportações passaram a ser vetadas para os países considerados inimigos políticos, como China e Rússia. E foram definidas cotas de chips para a maioria das nações, incluindo o Brasil. Apenas um pequeno grupo de países passou a ter acesso irrestrito aos semicondutores americanos.

O objetivo é concentrar o desenvolvimento de IA em nações aliadas e alinhar empresas de todo o mundo aos padrões americanos, mas Huang avalia que esse tipo de limitação joga contra as empresas de chip do país.

— Os pesquisadores chineses de IA estão usando seus próprios chips. As empresas locais são muito determinadas. Os controles sobre exportação lhes deram o espírito (para competir), e o apoio do governo acelerou seu desenvolvimento. Nossa concorrência é intensa na China — afirmou Huang.

Ele acrescentou:

— Há quatro anos, a Nvidia tinha 95% de participação de mercado na China. Hoje, é de apenas 50%.



Jensen Huang, CEO da Nvidia — Foto: Bloomberg

Cabe ao governo Trump decidir se vai adiante com o plano de Biden. De acordo com Huang, o presidente americano vai reverter a política, pois percebeu que ela tinha "objetivos errados". Ainda não se sabe, porém, como serão as mudanças feitas na legislação de chips anunciada pelo antecessor.

As declarações do CEO da Nvidia vêm na semana seguinte a que EUA e Arábia Saudita, aliada americana, anunciaram que vão construir o maior conjunto de data centers fora dos EUA. O centro vai usar os chips da Nvidia.

Enquanto isso, as tensões entre EUA e China se agravam. Na semana passada, o Departamento de Comércio americano disse que estava emitindo orientações de que o uso dos chips da Huawei "em qualquer lugar do mundo" constituiria uma violação dos controles de exportação do país.

Depois, o departamento americano ajustou o comunicado, com alertas para "os riscos de usar circuitos integrados de computação avançada da RPC (República Popular da China), incluindo chips específicos da Huawei", removendo a menção a "em qualquer lugar do mundo".

O governo chinês não se deu por satisfeito e disse, na segunda-feira, que esse tipo de orientação prejudica as negociações para trégua na guerra tarifária entre os dois países. As duas nações concordaram com a suspensão das sobretaxas por 90 dias.

Huang acrescentou que a ideia de que os EUA são o único país que desenvolve e fornece infraestrutura de IA é fundamentalmente errada.

— A China tem 50% dos desenvolvedores de IA do mundo, e é importante que, quando eles desenvolverem em uma arquitetura, o façam com a Nvidia, ou pelo menos com tecnologia americana.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/05/2025

UE ANUNCIA PLANO PARA REVIGORAR BLOCO, EM MEIO A DISPUTAS COMERCIAIS COM OS EUA

Medidas incluem remoção de burocracias para empresas fazerem negócios, o que levará a uma economia de € 400 milhões anuais com custos administrativos

Por O Globo com Bloomberg



Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia — Foto: Simon Wohlfahrt/Bloomberg

A Comissão Europeia, braço executivo da União Europeia, apresentou nesta quarta-feira uma estratégia para eliminar barreiras e promover maior cooperação entre os Estados-membros do bloco. O plano abrange áreas que vão desde finanças até energia e telecomunicações, com objetivo de reduzir obstáculos para comércio e investimentos, além de ajudar pequenas e médias empresas a crescer e acelerar a digitalização.

"O contexto global atual exige vontade política para enfrentar de uma vez por todas as barreiras remanescentes", afirmou a Comissão em seu documento estratégico divulgado hoje. "É hora de fazer o mercado europeu funcionar, é hora de escolher a Europa."

Criada há mais de três décadas, a UE abrange cerca de 26 milhões de empresas e 450 milhões de consumidores, tornando a região o segundo maior mercado global, com um PIB de € 18 trilhões (cerca de R\$ 115,6 trilhões na cotação atual).

A Comissão informou que planeja reduzir em € 400 milhões anuais os custos administrativos para as empresas em sua proposta de simplificação.

Acordo com Reino Unido

Quase nove anos após a realização do referendo do Brexit, Reino Unido e UE firmaram um acordo nesta segunda-feira para uma parceria estratégica que cobre áreas de defesa, cooperação internacional e comércio exterior, em um importante movimento de reaproximação e alinhamento após a saída de Londres do bloco europeu em 2020.

O pacto foi concebido para ajudar as duas partes a trabalharem de forma mais estreita num momento em que os Estados Unidos sinalizam uma redução no seu compromisso com a segurança europeia. Ele também reflete a ambição do primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, de "redefinir" as relações com o bloco de 27 países após a saída do Reino Unido da União Europeia.

O ponto alto das tratativas é a Parceria de Segurança e Defesa — que estabelece que autoridades britânicas e europeias deverão se reunir a cada seis meses para discutir a política externa e defesa. Ambos vão coordenar sanções, compartilhar mais informações e desenvolver uma política de segurança nacional ligada ao setor espacial.

O governo britânico também afirmou que o acordo "abre caminho" para que empresas de armamentos com sede no Reino Unido tenham acesso ao programa Security Action for Europe (Safe), que oferece empréstimos para projetos de defesa.



O premier britânico, Keir Starmer, recebe em Londres a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o presidente do Conselho Europeu, António Costa — Foto: Henry Nicholls/AFP

António Costa.

— [É] um grande dia porque agora estamos virando a página e abrindo um novo capítulo — afirmou Ursula Von der Leyen, presidente da Comissão Europeia. Além dela, também estavam presentes no momento do acordo o premier britânico, Keir Starmer, e o presidente do Conselho Europeu,

— Isso é muito importante nestes tempos, porque vemos o aumento das tensões geopolíticas, mas temos a mesma mentalidade. Compartilhamos valores.

A colaboração abrangerá questões regionais e globais, com as duas partes também comprometidas em trabalhar juntas para aprimorar a mobilidade militar, combater ameaças cibernéticas, tornar sua infraestrutura crítica mais resiliente e cooperar em questões de segurança econômica, como o excesso de capacidade global de produção de aço.

Além do setor de defesa, a UE e o Reino Unido também firmaram acordos sobre pesca, exportações agrícolas e mercado de carbono.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/05/2025

META AMPLIA CABO SUBMARINO PARA ATENDER REGIÃO SUL DO BRASIL E QUATRO PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Projeto inclui trecho de 280 km em cabo que liga Rio, São Paulo, Buenos Aires e Porto Alegre

Por O GLOBO — São Paulo



Imagem de Projeto Waterworth, da Meta, para cabo submarino de 50 mil quilômetros — Foto: Reprodução/Meta

Dona do Facebook, WhatsApp e Instagram, a Meta anunciou nesta terça-feira que vai ampliar a infraestrutura de cabos submarinos no Brasil para atender usuários da região Sul e de quatro países vizinhos — a Argentina, o Chile, o Paraguai e o Uruguai.

A expansão será feita no cabo Malbec, construído em 2021, que hoje conecta Rio de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires. Com 2,5 mil quilômetros de extensão, o sistema será ampliado em mais 280 quilômetros para incluir Porto Alegre no trajeto. A conclusão da obra está prevista para 2027.

Além da capital gaúcha e dos países do Cone Sul, a nova rota também vai atender usuários de Santa Catarina e Paraná. O projeto é desenvolvido em parceria com a empresa de infraestrutura V.tal.

Segundo a diretora de Políticas Públicas, Conectividade e Infraestrutura da Meta para a América Latina, Ana Luiza Valadares, a iniciativa deve beneficiar “milhões de pessoas no Brasil”. Esta será a primeira vez que um cabo submarino internacional chega ao Rio Grande do Sul.

O anúncio foi feito após uma reunião entre executivos da big tech e o governador Eduardo Leite. Em nota, a Meta destacou que a ampliação da estrutura é estratégica diante do avanço da inteligência artificial e do aumento da demanda por serviços online. “Capacidade, resiliência e alcance global são hoje mais importantes do que nunca”, afirmou a companhia.

No início do ano, a empresa de redes sociais havia anunciado projeto para instalar 50 mil quilômetros de cabos submarinos que atravessa cinco continentes, chamado de Projeto Waterworth. A meta é criar a conexão mais longa do mundo nesse formato. Além da Meta, empresas como Google e Microsoft também tem investido na expansão dos cabos submarinos.

O controle sobre essas infraestruturas é relevante para essas empresas que lidam com volumes massivos de dados. A expansão de cabos submarinos por big techs, no entanto, levanta controvérsias. Entre os riscos, estão a concentração dessa infraestrutura crítica nas mãos de empresas privadas, com impacto sobre a soberania digital e a governança da internet.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/05/2025

O ESTADO DE S. PAULO
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PETROLEIRAS TENTAM MUDAR TRÂMITE DE LICENCIAMENTOS DO IBAMA APÓS IMPASSE EM MARGEM EQUATORIAL

Setor quer permitir que empresas sejam ouvidas e possam pedir manifestação de órgão colegiado antes de decisão final sobre licenças

Por Daniel Weterman

BRASÍLIA — As empresas de exploração e produção de petróleo e gás natural passaram a defender uma mudança na tramitação de licenciamentos ambientais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) após o episódio envolvendo a perfuração na bacia da Foz do Amazonas, na região da Margem Equatorial.

O setor tentará alterar o projeto que flexibiliza o licenciamento ambiental no Senado estabelecendo que, em cada processo, as empresas interessadas sejam ouvidas e possam pedir a manifestação de uma instância colegiada antes de uma decisão final do presidente do órgão sobre a licença. Na prática, a mudança colocaria mais pressão sobre o Ibama ao incluir mais gente para opinar formalmente sobre as licenças.



As empresas de exploração e produção de petróleo e gás natural passaram a defender uma mudança na tramitação de licenciamentos ambientais do Ibama após o episódio envolvendo a perfuração na bacia da Foz do Amazonas, na região da Margem Equatorial Foto: Paula Moraes/Ibama

Funcionaria assim: a empresa pede uma licença ambiental para o Ibama e a área técnica dá um parecer. Se o entendimento dos técnicos for contra o empreendimento, a empresa poderá pedir a manifestação de um órgão colegiado antes de uma decisão final do presidente do Ibama. Esse órgão seria composto por todos os diretores do instituto e seriam ouvidos a empresa, o ministério envolvido e um representante indicado pelo presidente da República.

A medida foi apresentada pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IPB) em um jantar na sede da Frente Parlamentar do Livre Mercado, em Brasília, na noite de terça-feira, 20, com congressistas, lobistas e executivos do setor, incluindo a Petrobras.

Se for aprovada, a mudança poderá impactar na licença da Margem Equatorial, que interessa à Petrobras, e em empreendimentos de todos os setores da economia. O grupo articulou a apresentação de uma emenda pelo senador Izalci Lucas (PL-DF) no plenário do Senado nesta quarta-feira, 21. Se não houver sucesso, a ideia é emplacar a mudança em outro projeto de lei ou medida provisória.

“A gente acha que isso dá muito mais maturidade e muito mais validade, conteúdo e robustez para uma decisão de um tema considerado estratégico para o desenvolvimento do País do que a simplicidade, a pobreza que é esse processo decisório atualmente”, disse o diretor executivo de Exploração e Produção do IBP, Claudio Nunes. Ele criticou o procedimento atual do Ibama, pois “um grupo emite um parecer e fica todo mundo preso, sem poder fugir”.

De acordo com técnicos envolvidos na elaboração da medida, o Ibama possui mecanismos para acionar um comitê gestor e subsidiar o presidente do órgão a tomar decisões, mas essa instância só pode ser acionada pelo próprio dirigente, e não por alguém de fora.

A Petrobras busca uma licença do Ibama para explorar petróleo na bacia da Foz do Amazonas, na região da Margem Equatorial, a aproximadamente 179 km da costa do Amapá e a cerca de 500 km da foz do Rio Amazonas, no Norte do País. Um parecer de técnicos do Ibama recomendou a rejeição do pedido.

O projeto é defendido por políticos do Amapá, pela cúpula do Congresso Nacional e pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas enfrenta críticas de ambientalistas. Lula chegou a chamar de “lenga-lenga” a resistência do Ibama em conceder o licenciamento. Na segunda-feira, 19,

o Ibama aprovou a última etapa antes do licenciamento definitivo, com aval do presidente do órgão, Rodrigo Agostinho.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/05/2025

LULA ASSINA MEDIDA PROVISÓRIA DA REFORMA DO SETOR ELÉTRICO

Informação foi dada pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira; proposta busca gratuidade na tarifa para milhões de pessoas e abertura de mercado para baixa tensão

Por Renan Monteiro (Broadcast) e Gabriel Hirabahasi (Broadcast)

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou nesta quarta-feira, 21, a medida provisória da reforma do setor elétrico, segundo os ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e da Casa Civil, Rui Costa. A MP será encaminhada ao Congresso ainda hoje.

Lula apresentou ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), o desenho final da proposta que busca gratuidades na tarifa para milhões de pessoas e abertura de mercado para baixa tensão.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou no início da tarde desta quarta-feira, 21, na presença do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e do presidente da Câmara, Hugo Motta, a medida provisória da reforma do setor elétrico Foto: Wilton Junior/Estadão

O encontro, que teve início no fim da manhã, no Palácio do Planalto, busca tratar da tramitação do texto no Congresso.

Silveira disse que a medida provisória assinada por Lula foi “recepcionada de forma muito positiva”

pelos participantes da reunião. Segundo ele, a proposta contém “soluções para proteger a classe média e os mais pobres do País”.

O ministro afirmou que o texto final da MP prevê que 40 milhões de pessoas terão gratuidade total na conta de energia elétrica e outros 60 milhões terão descontos. Ao todo, 100 milhões de pessoas serão beneficiadas, de acordo com o ministro.

Silveira confirmou, ainda, que o governo decidiu antecipar a abertura do mercado livre de energia de baixa tensão, como antecipou o Estadão/Broadcast. Seria a partir de 2027, mas o governo decidiu iniciar esse processo a partir de 2026.

Ele afirmou que a abertura do mercado livre de energia beneficiará a classe média, “permitindo que todo mundo possa escolher de quem comprar energia, criando concorrência entre as várias fontes de energia”. Silveira disse que “há ansiedade” do presidente Lula em “reduzir o preço da energia elétrica no Brasil”.

Tramitação

Segundo relatos, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) está sendo cotado para uma função de destaque na tramitação da medida provisória com a reforma do setor elétrico, embora a decisão ainda não tenha sido tomada.

Além do relator, outras posições importantes são: o cargo de presidente da Comissão Mista para MP e o de relator revisor. Braga é um dos líderes presentes na reunião desta quarta-feira.

Pesa a favor dele o fato de ter um nome experiente no setor elétrico. Foi ministro de Minas e Energia de 2015 a 2016. Por outro lado, o senador do MDB já é relator do segundo projeto que regulamenta a reforma tributária no consumo, foco de atenção do governo.

Além de Alcolumbre e Braga, também participam do encontro o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e os líderes do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP).

Pessoas a par do assunto indicaram que Gleisi, inclusive, já tem conversado com Silveira sobre a tramitação do texto no Congresso. A ideia é evitar ao máximo a desconfiguração da proposta ou a entrada de temas alheios na matéria. O setor elétrico costuma despertar grande interesse dos parlamentares.

Alexandre Silveira falou em “mudanças redacionais” no texto da reforma do setor elétrico no início do mês, já com o aval da Casa Civil. Apesar de evitar a inclusão de novos temas no texto, a MP pode trazer um detalhamento maior de temas já inclusos.

Um exemplo é a proposta de acabar, no longo prazo, com os descontos de uso da rede para o segmento de consumo, especificamente a redução para o pagamento da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição. A medida não tem efeito retroativo e só afeta os contratos firmados após a publicação do texto.

O problema já monitorado, contudo, é uma corrida por novos contratos — para a garantia do desconto antes da publicação do texto. Nomes do setor privado ouvidas pelo Estadão/Broadcast apontam despreocupação, já que o registro de novos contratos não é automático e a MP tem validade imediata.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/05/2025

JUROS ALTOS, INCERTEZA FISCAL DE LULA, EFEITO TRUMP: O QUE AMEAÇA O CICLO DE INVESTIMENTOS NO BRASIL

Nos últimos anos, a expansão da capacidade produtiva não acompanhou a evolução do PIB, o que tem impulsionado a escalada da inflação

Por Eduardo Laguna (Broadcast)

A disparada da taxa básica de juros, de 2%, em agosto de 2020, para os atuais 14,75%, sem perspectiva de queda no radar, somada ao descrédito do mercado sobre o controle de gastos públicos pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva e ao cenário da guerra comercial deflagrada por Donald Trump, ameaça a continuidade dos investimentos produtivos no Brasil.

As projeções do Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, indicam crescimento de 1,8% na formação bruta de capital fixo — indicador que representa os investimentos nas contas nacionais. No entanto, pairam dúvidas sobre a disposição dos empresários em manter o ritmo de investimentos, diante do encarecimento do crédito, da perspectiva de retornos incertos e de uma economia que tende a perder tração.

“O parque industrial precisa de investimentos para se modernizar e ficar mais produtivo e competitivo. Vimos muito isso acontecer no ano passado”, comenta Mário Sérgio Telles, diretor do departamento de economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI). “Mas, com a perspectiva de esfriamento da economia, a necessidade de continuar aumentando a capacidade produtiva se reduz. Você tem uma perspectiva lá na frente de uma demanda menor”, pondera.

Embora as empresas tenham voltado a adicionar capacidade instalada, o estoque de ativos usados na produção não tem crescido o suficiente para acompanhar a expansão mais rápida do consumo.

Como consequência, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresce desde o ano passado acima do potencial, colocando assim pressão sobre a inflação.



Obras do Rodoanel trecho norte, perto da rodovia Presidente Dutra, região metropolitana de São Paulo Foto: Taba Benedicto/Estadão

Em 2024, o total de bens de capital em operação no Brasil teve aumento de 1,5% ante 2023. Ou seja, não chegou à metade do crescimento do PIB, de 3,4%. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que o parque de máquinas e equipamentos vem num processo de enxugamento que reduziu seu tamanho em 14% nos últimos dez anos.

O economista-chefe da Leme Consultores, José Ronaldo Souza Júnior, comenta que a combinação de juros elevados, desaceleração da atividade econômica e deterioração das expectativas, tanto internas quanto internacionais, pune os investimentos produtivos.

sua própria natureza, esses investimentos exigem prazos de maturação mais longos e apresentam riscos superiores aos das aplicações em renda fixa, tornando-se menos atraentes em um ambiente de custo de capital elevado”, diz o economista, que dirigiu por mais de cinco anos o departamento responsável por estudos e políticas macroeconômicas do Ipea.

Termômetro de como está o humor dos empresários para contratar e investir, o mais recente índice de confiança na indústria de transformação, medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), caiu pela segunda vez em abril, confirmando o cenário de cautela.

De acordo com Souza Júnior, as incertezas relacionadas à trajetória das contas públicas, com a dívida subindo em direção aos 90% do PIB nos próximos anos, compromete a previsibilidade, indispensável ao planejamento de investimentos de longo prazo.

Essa incerteza se agrava com a percepção do mercado de que o arcabouço fiscal, ferramenta do Ministério da Fazenda que substituiu o teto de gastos, ficou desacreditado, a ponto de agora, diante das fraudes bilionárias do INSS, o governo cogitar usar dinheiro público para ressarcir as vítimas de descontos indevidos.

O mais recente levantamento do Ipea revela que, apesar de os investimentos terem aumentado, a relação entre estoque de bens de capital e PIB tem forte trajetória de queda desde 2017. Caiu no ano passado ao menor valor da série estatística: 2,15 vezes o PIB. Isso significa que o volume de bens necessários à produção e distribuição de produtos e serviços do País não tem acompanhado o crescimento da economia.

“Apesar de positivo nos últimos anos, o investimento líquido (superior à depreciação) ainda se encontra em patamar baixo relativamente ao nível do estoque de capital, não fornecendo estímulo suficiente para acelerar o crescimento potencial do País”, comenta Marco Antônio Cavalcanti, técnico do departamento de estudos e políticas macroeconômicas do Ipea. “Em conjunto com o problema estrutural de crescimento relativamente baixo da produtividade, o crescimento potencial tem provavelmente ficado em patamar relativamente baixo”, emenda o economista.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 21/05/2025

JUROS ALTOS, INCERTEZA FISCAL DE LULA, EFEITO TRUMP: O QUE AMEAÇA O CICLO DE INVESTIMENTOS NO BRASIL

Nos últimos anos, a expansão da capacidade produtiva não acompanhou a evolução do PIB, o que tem impulsionado a escalada da inflação

Por Eduardo Laguna (Broadcast)

A disparada da taxa básica de juros, de 2%, em agosto de 2020, para os atuais 14,75%, sem perspectiva de queda no radar, somada ao descrédito do mercado sobre o controle de gastos públicos pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva e ao cenário da guerra comercial deflagrada por Donald Trump, ameaça a continuidade dos investimentos produtivos no Brasil.

As projeções do Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, indicam crescimento de 1,8% na formação bruta de capital fixo — indicador que representa os investimentos nas contas nacionais. No entanto, pairam dúvidas sobre a disposição dos empresários em manter o ritmo de investimentos, diante do encarecimento do crédito, da perspectiva de retornos incertos e de uma economia que tende a perder tração.

“O parque industrial precisa de investimentos para se modernizar e ficar mais produtivo e competitivo. Vimos muito isso acontecer no ano passado”, comenta Mário Sérgio Telles, diretor do departamento de economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI). “Mas, com a perspectiva de esfriamento da economia, a necessidade de continuar aumentando a capacidade produtiva se reduz. Você tem uma perspectiva lá na frente de uma demanda menor”, pondera.



Obras do Rodoanel trecho norte, perto da rodovia Presidente Dutra, região metropolitana de São Paulo Foto: Taba Benedicto/Estadão

Embora as empresas tenham voltado a adicionar capacidade instalada, o estoque de ativos usados na produção não tem crescido o suficiente para acompanhar a expansão mais rápida do consumo. Como consequência, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresce desde o ano passado acima do potencial, colocando assim pressão sobre a inflação.

Em 2024, o total de bens de capital em operação no Brasil teve aumento de 1,5% ante 2023. Ou seja, não chegou à metade do crescimento do PIB, de 3,4%. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que o parque de máquinas e equipamentos vem num processo de enxugamento que reduziu seu tamanho em 14% nos últimos dez anos.

O economista-chefe da Leme Consultores, José Ronaldo Souza Júnior, comenta que a combinação de juros elevados, desaceleração da atividade econômica e deterioração das expectativas, tanto internas quanto internacionais, pune os investimentos produtivos.

“Por sua própria natureza, esses investimentos exigem prazos de maturação mais longos e apresentam riscos superiores aos das aplicações em renda fixa, tornando-se menos atraentes em um ambiente de custo de capital elevado”, diz o economista, que dirigiu por mais de cinco anos o departamento responsável por estudos e políticas macroeconômicas do Ipea.

Termômetro de como está o humor dos empresários para contratar e investir, o mais recente índice de confiança na indústria de transformação, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), caiu pela segunda vez em abril, confirmando o cenário de cautela.

De acordo com Souza Júnior, as incertezas relacionadas à trajetória das contas públicas, com a dívida subindo em direção aos 90% do PIB nos próximos anos, compromete a previsibilidade, indispensável ao planejamento de investimentos de longo prazo.

Essa incerteza se agrava com a percepção do mercado de que o arcabouço fiscal, ferramenta do Ministério da Fazenda que substituiu o teto de gastos, ficou desacreditado, a ponto de agora, diante

das fraudes bilionárias do INSS, o governo cogitar usar dinheiro público para ressarcir as vítimas de descontos indevidos.

O mais recente levantamento do Ipea revela que, apesar de os investimentos terem aumentado, a relação entre estoque de bens de capital e PIB tem forte trajetória de queda desde 2017. Caiu no ano passado ao menor valor da série estatística: 2,15 vezes o PIB. Isso significa que o volume de bens necessários à produção e distribuição de produtos e serviços do País não tem acompanhado o crescimento da economia.

“Apesar de positivo nos últimos anos, o investimento líquido (superior à depreciação) ainda se encontra em patamar baixo relativamente ao nível do estoque de capital, não fornecendo estímulo suficiente para acelerar o crescimento potencial do País”, comenta Marco Antônio Cavalcanti, técnico do departamento de estudos e políticas macroeconômicas do Ipea. “Em conjunto com o problema estrutural de crescimento relativamente baixo da produtividade, o crescimento potencial tem provavelmente ficado em patamar relativamente baixo”, emenda o economista.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/05/2025

O QUE FEZ A INDÚSTRIA INVESTIR R\$ 371 BI EM CAPACIDADE DE PRODUÇÃO EM 2024, MAIOR GASTO EM 1 DÉCADA

Valor corresponde a 18,2% do total de investimentos produtivos no Brasil, segundo dados do Ipea, mesmo em um período com recuos por escândalos, recessão e pandemia

Por Eduardo Laguna (Broadcast)

Diante do crescimento forte das demandas interna e externa, as empresas brasileiras voltaram a investir nos últimos anos na expansão da capacidade produtiva, algo que por um bom tempo esteve fora de cogitação em diversos setores porque havia muita ociosidade nas fábricas.

Segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), R\$ 371 bilhões foram direcionados em 2024 à expansão dos ativos voltados à produção. Eles vão desde máquinas de uma linha industrial à infraestrutura, como estradas, portos, aeroportos e redes de transmissão de energia.

O valor, correspondente a 18,2% do total de investimentos produtivos no Brasil, é o maior em dez anos. Para chegar a esse número, o Ipea desconta, dos investimentos brutos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a depreciação dos bens de capital. De 2016 a 2020, o Brasil não investiu o suficiente para repor todo o desgaste dos ativos necessários para a produção, o transporte e a comercialização de produtos e serviços.



Uso da capacidade instalada nas fábricas do País voltou a bater a marca de 83% Foto: Jonne Roriz/Estadão

Nesse período, marcado por recessão doméstica, paralisação de obras executadas por empreiteiras envolvidas nos escândalos de corrupção da operação Lava Jato e pela pandemia da covid-19, o País chegou a perder, de forma inédita, parte da capacidade produtiva.

A reação econômica após o choque da crise sanitária foi rápida. Depois dela, o consumo continuou sendo sustentado por impulsos fiscais, geração de emprego e expansão do crédito, fazendo com que o uso da capacidade instalada nas fábricas voltasse a bater a marca de 83%. Esse percentual não era registrado havia 11 anos na sondagem da indústria de transformação feita pela FGV.

Houve, assim, um incentivo para não só substituir as máquinas que chegavam ao fim de sua vida útil, mas também para expandir a capacidade, com as empresas contando, durante parte desse processo, com juros em nível abaixo da média histórica e, depois, com os incentivos da nova política industrial.

A siderúrgica Gerdau, a fabricante de baterias Moura e a petroquímica Braskem são exemplos de grupos que concluíram ou estão com projetos de expansão em curso. Enquanto a Gerdau investiu R\$ 1,5 bilhão para produzir mais bobinas de aço na usina de Ouro Branco (MG), a Moura desembolsa R\$ 850 milhões para dobrar a reciclagem de chumbo na fábrica de Belo Jardim (PE). Na Braskem, foram anunciados em janeiro R\$ 614 milhões para ampliar a produção em usinas na Bahia, no Rio Grande do Sul e em Alagoas.

Segundo Marco Antônio Cavalcanti, técnico do departamento de estudos e políticas macroeconômicas do Ipea, a demanda aquecida, num contexto de uso relativamente elevado da capacidade instalada nas fábricas, trouxe um “incentivo natural” a novos investimentos. “Esse processo foi potencializado pelo ciclo de redução da Selic entre 2023 e 2024”, acrescenta o economista.

Entre os destaques do levantamento feito pelo Ipea, os investimentos em máquinas e equipamentos voltaram a superar a depreciação depois de nove anos, ainda que com uma diferença pequena, de apenas 2,8%, equivalente a R\$ 16,8 bilhões, em 2024.

Já na infraestrutura, os investimentos chegaram perto de R\$ 260 bilhões no ano passado e bateram dois recordes, segundo estimativas da Abdib, a associação que representa o setor. Foi a maior cifra da série estatística, iniciada em 2010, superando em quase 10% o pico anterior, registrado em 2014. Além disso, dentro do montante, os investimentos privados, de R\$ 197 bilhões no ano passado, continuaram renovando recordes.

Mais de cem projetos de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) foram realizados no Brasil nos últimos três anos. Ao mesmo tempo, o novo arcabouço fiscal, ao trazer regras menos rígidas de gastos e um piso para investimentos públicos, abriu o caminho para a retomada de obras federais.

A associação brasileira de infraestrutura, em relatório divulgado em novembro, ressalta ainda que o País está criando um padrão de financiamento novo e inédito a projetos de infraestrutura.

Com os recursos de bancos públicos, surgiram novas formas de captação no mercado de capitais, com destaque para o lançamento das debêntures de infraestrutura.

Ex-economista do Banco Mundial nas áreas de indústria e energia, o consultor Cláudio Frischtak diz que os investimentos vêm crescendo no setor elétrico e no saneamento básico — este último na esteira da atualização do marco regulatório de 2020 e, mais recentemente, das privatizações de empresas como a Sabesp. Apesar disso, Frischtak observa que os investimentos seguem claramente insuficientes para modernizar a infraestrutura do País.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/05/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

ATRASOS CRÔNICOS EM EMBARQUES FORÇAM EMPRESAS A REPENSAR LOGÍSTICA ‘JUST-IN-TIME’

Por Nikkei Asia, Valor — Tóquio



Navio porta-contêiner: desafios logísticos em todo o mundo — Foto: Pixabay

A porcentagem de navios porta-contêineres que chegam no horário fixado está abaixo de 60% em todo o mundo, forçando as empresas a repensar suas estratégias de estoque.

Além dos contínuos redirecionamentos ao redor do Mar Vermelho e do Canal de Suez devido à piora das condições no Oriente Médio, o congestionamento nos principais portos está causando interrupções generalizadas. Com os atrasos se tornando a nova norma, mais empresas estão mantendo estoque de reserva disponível.

A taxa global de confiabilidade de cronograma para navios porta-contêineres de rota fixa era de 57,5% em março, de acordo com a empresa de pesquisa de transporte marítimo Sea-Intelligence. Embora isso represente uma melhora em relação aos cerca de 30% observados em 2021, quando a pandemia do coronavírus lançou as redes logísticas no caos, a taxa de atrasos permanece alta.

O transporte de contêineres tem sido tradicionalmente uma forma confiável de transporte internacional. Os navios alternam rotas pré-determinadas e sua operação tem sido frequentemente comparada a ônibus de rota fixa. As taxas de confiabilidade de cronograma permaneceram entre 70% e 85% desde o fim da década de 2010.

Essa confiabilidade começou a ruir durante a pandemia. À medida que os trabalhadores portuários e de transporte terrestre contraíram covid-19, a funcionalidade dos portos começou a declinar. Enquanto isso, a crescente demanda entre pessoas em isolamento nos Estados Unidos e na Europa levou a um aumento no tráfego de cargas, o que, por sua vez, causou congestionamentos nos portos e caos nas redes logísticas. A confiabilidade de cronograma despencou para 30,4% em janeiro de 2022.

Com a normalização da atividade econômica, as taxas de confiabilidade de cronograma tiveram uma recuperação temporária até 2023. No entanto, a recuperação estagnou no final de 2023, com a deterioração das condições no Oriente Médio. Os rebeldes Houthi, apoiados pelo Irã, no Iêmen, atacaram repetidamente navios comerciais no Mar Vermelho, levando as principais companhias marítimas a interromper o trânsito pela área.

O Mar Vermelho conecta a Europa e a Ásia através do Canal de Suez, tornando-o crítico para o tráfego marítimo. Para evitá-lo, os navios precisam atravessar o Cabo da Boa Esperança, no extremo sul da África, estendendo o tempo de embarque em 10 a 15 dias.

Os tempos de transporte mais longos geraram preocupações com a escassez de navios porta-contêineres, levando as empresas a antecipar os embarques para garantir estoques. O aumento no volume de carga sobrecarregou os portos, levando à piora das taxas de confiabilidade do cronograma. Ela havia se recuperado para cerca de 65% em meados de 2023, mas caiu novamente, oscilando em torno de 50% em 2024.

Com cinco anos de interrupções desde a pandemia, os atrasos agora estão impactando o planejamento de transporte das empresas. "As companhias de navegação não têm escolha a não ser se adaptar aos atrasos e à volatilidade das tarifas", disse um funcionário da Transcontainer, com sede em Tóquio, que lida com embarques consolidados de pequena escala. "Há uma tendência crescente de manter estoques de reserva."

O modelo "just-in-time", no qual as empresas podiam manter estoques reduzidos, baseava-se em uma logística internacional confiável. Com o transporte de contêineres — a espinha dorsal do

transporte marítimo — enfrentando dificuldades com a confiabilidade dos cronogramas, mais empresas estão reavaliando suas estratégias de logística.

Os encargos operacionais também estão aumentando. "As operações comerciais claramente se tornaram mais onerosas", disse Akiyoshi Kawashima, da Shippio, empresa que fornece serviços em nuvem relacionados ao comércio. "Por exemplo, as empresas agora precisam verificar os movimentos de cada navio com as companhias de navegação em cada etapa."

Há dúvidas sobre a reversão desse quadro. "Embora os navios estejam ficando maiores, a capacidade dos portos e do transporte terrestre não pode ser expandida tão facilmente", disse um funcionário de uma grande empresa de navegação. "Estruturalmente falando, os gargalos se tornaram mais prováveis."

Greves portuárias frequentes, impulsionadas pela inflação global, também estão contribuindo para os atrasos.

A incerteza no mercado de navios porta-contêineres foi ainda mais agravada pelas políticas tarifárias do governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. A imposição de tarifas em abril levou a uma queda acentuada no transporte de cargas entre os Estados Unidos e a China, levando as companhias de navegação a reduzirem as viagens para evitar um colapso nas tarifas de frete.

Com as tarifas temporariamente reduzidas durante o progresso nas negociações comerciais entre os Estados Unidos e a China, os volumes de embarque se recuperaram rapidamente. Em 16 de maio, a tarifa à vista para o transporte de um contêiner de 40 pés de Xangai para a Costa Oeste dos Estados Unidos havia subido US\$ 744 em relação à semana anterior, para US\$ 3.091, um aumento de 32%, de acordo com a Bolsa de Navegação de Xangai. Esse foi o maior aumento desde os 43% registrados na segunda semana de janeiro de 2024, quando a situação no Oriente Médio interrompeu as redes globais de transporte marítimo. A tarifa para embarques para a Costa Leste aumentou 22%.

O número de reservas dobrou em comparação com o período anterior ao acordo Estados Unidos-China, segundo o serviço de rastreamento de contêineres americano Vizion.

Isso significa que o congestionamento portuário pode piorar ainda mais. Se o comércio for redirecionado por causa da guerra tarifária e as remessas aumentarem repentinamente em certos portos, isso poderá desencadear uma nova onda de interrupções nas redes de logística de contêineres.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/05/2025

ARGENTINA TEM SUPERÁVIT COMERCIAL DE APENAS US\$ 204 MI EM ABRIL, COM ALTA DAS IMPORTAÇÕES

Valor ficou bem abaixo do pico de US\$ 2,6 bilhões de maio do ano passado, e é o segundo pior do governo Milei

Por Pedro Borg, Valor — São Paulo



Navio com containers atracado no porto de Buenos Aires — Foto: Divulgação / Puerto de Buenos Aires

A Argentina teve um superávit comercial US\$ 204 milhões em abril, bem abaixo do pico de US\$ 2,6 bilhões de maio de 2024 e o segundo pior do governo do presidente Javier Milei. Analistas atribuíram o resultado

ao aumento das importações.

A expectativa de desvalorização do peso, que acabou ocorrendo em 11 de abril, com a adoção de um sistema de bandas, estimulou o aumento das compras externas.

Com isso, o primeiro resultado desde a flexibilização dos controles (“cepo”) e do regime cambial mostrou um crescimento de apenas 2,3% ao ano das exportações, para US\$ 6,66 bilhões, enquanto as importações aumentaram 37,3% ao ano, alcançando US\$ 6,460 bilhões.

“A balança de comércio continua muito pequena. É o pior resultado comercial dos últimos 25 anos”, observou Eric Paniagua, economista da consultoria argentina EPyCA.

“E temos de levar em conta que tivemos algum efeito sazonal, pelo aumento do preço dos grãos devido à colheita e pelas exportações que estavam sendo liquidadas quando isso foi registrado. Chama a atenção que, se não fosse pela exportação de energia, sobretudo petróleo e mineração, o saldo seria negativo”, afirma Paniagua.

O item mais importado em abril foi o de veículos de passageiros, com alta de 204,5%, seguido pelo de bens de consumo (+77,7%).

O resultado das exportações, que voltaram a subir após um mês de queda – na comparação anual –, foi puxado pelo segmento de bens primários – produtos agrícolas, pecuários e minerais, sem nenhuma ou pouca transformação –, apresentando a maior alta nas exportações de abril, com um crescimento de 10,8% em relação ao mesmo mês de 2024.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/05/2025

CONSELHO DO PPI RECOMENDA INCLUSÃO DE HIDROVIAS NO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

CPPI ainda recomendou a inclusão de empreendimento público federal para efficientização energética dos edifícios públicos do complexo da Presidência da República

Por Valor — Brasília



— Foto: Divulgação/Hidroviias do Brasil

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) recomendou, para aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a inclusão de empreendimentos públicos federais do setor hidroviário no Programa Nacional de Desestatização (PND).

Na lista de empreendimentos recomendados estão: Hidrovia do Rio Madeira, considerada

a navegação do município de Porto Velho (RO) até a foz com o Rio Amazonas, no município de Itacoatiara (AM); Hidrovia do Rio Tocantins, considerada a navegação entre o município de Belém (PA) e o município de Peixe (TO); e Hidrovia do Rio Tapajós, considerada a navegação desde o município de Itaituba (PA) até sua foz com o rio Amazonas, no município de Santarém (PA).

O CPPI ainda recomendou ao presidente a inclusão na lista do PPI de empreendimento público federal para efficientização energética dos edifícios públicos do complexo da Presidência da República visando a elaboração de estudos destinados à identificação de alternativas de parcerias junto à iniciativa privada de alternativas de parcerias junto à iniciativa privada.

As recomendações do CPPI ao presidente Lula constam de resoluções publicadas nesta terça-feira no Diário Oficial da União (DOU).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/05/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PRATICAGEM BATIZA NAVIO HIDROGRÁFICO NO AMAPÁ

Por Danilo Oliveira *Portos e logística* 20/05/2025 - 20:17



'Amapá Explorer', adquirido pela praticagem local, será utilizado em sondagens na barra norte e ao longo do Rio Amazonas

O novo navio hidrográfico da praticagem foi batizado, na última semana, no Amapá. Os práticos destacaram que o Amapá Explorer vai ser utilizado em sondagens na barra norte e ao longo do Rio Amazonas, sendo importante para ajudar a categoria e a autoridade marítima a melhorar as condições de navegabilidade local, permitindo o aumento do transporte de carga, inclusive com a diversificação dos produtos e insumos

transportados. A passagem pela Baía do Amazonas requer navegação de extrema precisão dos práticos para a embarcação não tocar o fundo e encalhar.

A embarcação, adquirida pela Praticagem da Baía Amazônica Oriental, foi lançada ao mar em março deste ano e veio de Santa Catarina para operar na Amazônia. A praticagem informou à Portos e Navios que os investimentos, incluindo aquisição e adaptações, são da ordem de US\$ 1,5 milhão. O catamarã foi construído pela Giramar Apoio de Serviços Marítimos, localizada em Araquari (SC). A embarcação foi adaptada para o trabalho com pesos na popa (boia e poitas), além de outras adaptações para tripulação e equipamentos hidrográficos. A madrinha da embarcação é Priscilla Flores, primeira-dama do Amapá.

O diretor da Praticagem do Brasil, Ricardo Falcão, afirmou que o Amapá Explorer representa mais conhecimento das mudanças no leito do rio Amazonas, o que possibilita determinar novos canais e ganhos de aumento de calado. Falcão, que é vice-presidente da Impa (International Maritime Pilots Association) acredita que esse conhecimento vai gerar desenvolvimento para o estado, na medida em que torna a região amazônica e o Arco Norte mais interessante para investimentos. Ele ressaltou que o Amapá está localizado na saída do Rio Amazonas e é um corredor de escoamento de cargas com origem e destino para Manaus e os estados do Acre, Rondônia, Roraima, Tocantins e norte do Mato Grosso.

No evento, Falcão citou estudos norte-americanos que dão conta que, a cada 30 centímetros de calado, há um ganho da ordem de R\$ 6 milhões por navio. O prático estima que um ganho de poucos centímetros significa um aumento de bilhões de reais pela possibilidade de aumento dos volumes escoados, considerando apenas a mesma quantidade de navios. Atualmente, há um tráfego da ordem de 1.200 navios na região.

Na cerimônia, o presidente da praticagem do Amapá, prático Adonis Santos, destacou que a sondagem é uma atividade essencial da praticagem e que a embarcação dará apoio à Marinha do Brasil e às autoridades locais. Já o almirante Adriano Batista, comandante do 4º distrito naval, disse que a nova embarcação da praticagem vai colaborar com a segurança da navegação.

Com 23 milhas náuticas, a barra norte é um trecho raso e lamoso localizado na entrada do Amazonas, o que delimita o quanto os navios podem aumentar o seu volume submerso (calado). Os práticos ressaltam que, como as águas são agitadas, a escolha de um catamarã para fazer o trabalho regular de sondagem se deu por ser uma embarcação mais estável. A avaliação da praticagem é que dispor de uma atualização fidedigna das profundidades e dos intervalos de maré é condição para atravessar o trecho com navios mais carregados em segurança.

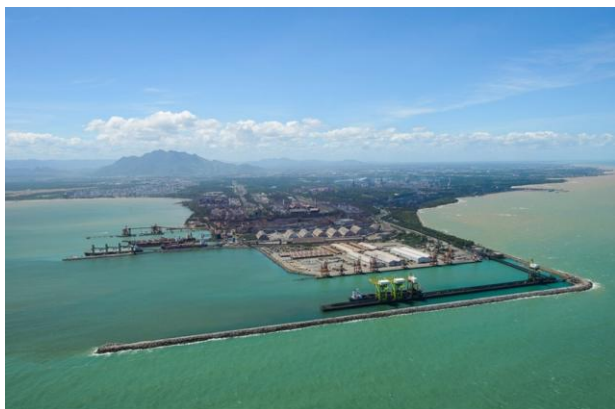
Além da embarcação recém batizada, a praticagem já conta com uma boia de coleta de informações meteorológicas e oceanográficas fundeada na barra norte. O equipamento integra o sistema de calado dinâmico, que transmite, via satélite, dados coletados de profundidade; direção e velocidade da corrente; direção e velocidade do vento; e amplitude e período das ondas. Com essas informações, é possível atualizar as previsões divulgadas nas tábuas de maré, sem as quais é arriscado cruzar o trecho. Os dados são compartilhados com a Marinha do Brasil, responsável pela segurança da navegação, por meio de um protocolo de intenções assinado com o Comando do 4º Distrito Naval.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2025

PROJETO DE TERMINAL NO ES PREVÊ R\$ 340 MILHÕES EM INFRAESTRUTURA PARA EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO

Da Redação Portos e Logística 20/05/2025 - 18:26



O Espírito Santo receberá um novo terminal voltado à transferência de petróleo entre navios no Porto de Praia Mole, em Vitória. Com investimento previsto de R\$ 340 milhões, o Terminal de Granéis Líquidos (TGL) será operado pela Blue Terminals, empresa do grupo Zmax Blue Ship. O projeto prevê movimentação de até 14 milhões de toneladas de petróleo por ano, o equivalente a 100 milhões de barris. O terminal fará operações ship-to-ship, a serem mantidas no entorno do molhe de Praia Mole, com condições naturais favoráveis para segurança e eficiência.

A previsão é que o terminal inicie operações no segundo semestre de 2027. O projeto já conta com engenharia conceitual concluída, simulações de manobrabilidade aprovadas e processo de licenciamento em curso. A operação será realizada em parceria com a VPorts, autoridade portuária responsável pelo molhe de Praia Mole, que assinou um memorando de entendimento com a Blue Terminals.

De acordo com a Blue Terminals, os estudos estimam que o empreendimento poderá gerar aproximadamente R\$ 80 milhões por ano em royalties de petróleo, distribuídos entre os municípios de Vitória, Serra e Vila Velha. Também são esperados impactos econômicos de R\$ 268 milhões por ano no PIB estadual e arrecadação de R\$ 156 milhões em tributos.

A estrutura foi projetada para atender exigências de segurança da Organização Marítima Internacional (IMO) e da Marinha do Brasil, com uso de navios de casco duplo, sistemas automatizados de contenção e centro de controle operacional. A expectativa é de criação de 4 mil empregos diretos e indiretos ao longo da implantação e operação do terminal.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2025

CINCO NAVIOS DA SEAGEMS JÁ OPERAM SOB CONTRATOS COM A PETROBRAS

Da Redação Offshore 20/05/2025 - 18:33



A Seagems anunciou que cinco de suas seis embarcações do tipo PLSV (Pipe Laying Support Vessel) já operam sob contratos firmados com a Petrobras. A embarcação mais recente da empresa brasileira de engenharia submarina a iniciar as operações foi o navio Rubi, que concluiu os testes de aceitação em 19 de maio. Os navios Jade, Diamante, Topázio e Esmeralda também atuam sob os mesmos contratos. A expectativa é que o sexto navio, Ônix, se junte aos demais ainda em 2025, após concluir atividades no campo de Atlanta.

Os contratos têm duração de três anos e somam US\$ 1,8 bilhão, com o último deles válido até 2028. A Seagems detém atualmente 36% do mercado nacional de interligação e manuseio de dutos flexíveis submarinos. A frota é composta por seis navios equipados com carrosséis de até 2.500 toneladas, preparados para atender operações em águas profundas. Com sede no Rio de Janeiro e unidades em Rio das Ostras e Viena, a Seagems é resultado de uma joint venture entre a Sapura Energy Behard e a Paratus Energy Services Ltd. A empresa atua exclusivamente no setor offshore e mantém todos os seus contratos atuais com a Petrobras.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2025

ITAPOÁ REGISTROU SEGUNDA MAIOR MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES NO 1º TRI

Da Redação Portos e logística 20/05/2025 - 18:46



Dados divulgados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) indicaram que o Porto Itapoá (SC) registrou a movimentação de mais de 202 mil contêineres no primeiro trimestre de 2025, número 37% maior que o do mesmo período de 2024. De acordo com a administração do TUP, esse resultado posiciona o terminal como o segundo maior do Brasil em movimentação de contêineres, atrás apenas do Porto de Santos (SP), e o maior da região Sul do país. O crescimento foi superior à média nacional, que ficou em 10% na comparação entre os dois períodos.

Em 2024, Itapoá movimentou 660.742 contêineres e iniciou a fase IV de expansão, com investimentos de R\$ 500 milhões previstos até 2026. O projeto inclui 120 mil metros quadrados adicionais de pátio, um novo portêiner, 12 RTGs híbridos, nove novos terminais tractors elétricos, um novo scanner e a ampliação do cais em 400 metros.

Também está em andamento uma parceria pública privada (PPP) com o governo de Santa Catarina para dragagem e aprofundamento do canal de acesso à Baía da Babitonga. A obra, com investimento estimado em R\$ 300 milhões, permitirá a operação de navios de até 366 metros de comprimento e 16 mil TEUs, ampliando a capacidade de operação na região. Parte dos sedimentos será utilizada na recuperação das praias de Itapoá. A expectativa é que as obras do canal tenham início em 2025 e sejam finalizadas em 2026.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2025

ABIOVE MANTÉM PROJEÇÕES OTIMISTAS PARA SOJA EM 2025 E DESTACA ALTA DA PRODUÇÃO DE BIODIESEL

Da Redação Portos e logística 20/05/2025 - 18:36



A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) atualizou suas previsões para o complexo da soja em 2025, mantendo expectativas positivas para o setor. A produção de soja deve atingir 169,7 milhões de toneladas, aumento de 0,1% em relação à estimativa anterior. O esmagamento segue em 57,5 milhões de toneladas, com produção estável de 44,1 milhões de toneladas de farelo e 11,4 milhões de toneladas de óleo.

Nas exportações, a projeção para a soja em grãos é de 108,2 milhões de toneladas, ligeira redução de 0,3%, enquanto farelo e óleo de soja devem permanecer em 23,6 milhões e 1,4 milhão de toneladas, respectivamente. As importações de soja devem somar 500 mil toneladas, e as de óleo, 100 mil toneladas.

PUBLICIDADE

Em março, o processamento foi de 4,67 milhões de toneladas, crescimento de 29,7% em relação a fevereiro, mas com queda de 6,8% frente a março de 2024. No acumulado do ano, o processamento totalizou 11,65 milhões de toneladas, alta de 1,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O óleo de soja refinado registrou, em abril, o quarto mês consecutivo de queda de preços, acumulando recuo de 5,70% no ano. A trajetória de baixa nos preços ocorre mesmo com a produção de biodiesel em alta: aumento de 8,2% no primeiro trimestre e de 10,1% em março frente a 2024. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o preço do biodiesel caiu de R\$ 6,50 para cerca de R\$ 5,00 por litro desde dezembro de 2024. Esses dados indicam que o biodiesel não foi fator de pressão inflacionária no setor.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2025

PETROBRAS OBTÉM APROVAÇÃO DO IBAMA PARA ETAPA DE LICENCIAMENTO NA FOZ DO AMAZONAS

Da Redação Offshore 20/05/2025 - 12:09



A Petrobras obteve a aprovação do Ibama para o conceito do Plano de Proteção e Atendimento à Fauna Oleada (PPAF), parte do Plano de Emergência Individual (PEI), necessário para obter licença ambiental de perfuração em águas profundas no litoral do Amapá. A área fica a mais de 500 km da foz do rio Amazonas e a mais de 160 km da costa.

Segundo o Ibama, o plano atendeu aos requisitos técnicos teóricos e metodológicos. Com isso, será iniciada a última fase do processo: a Avaliação Pré-Operacional (APO), que consiste em simulações práticas de resposta a emergências com vazamento de óleo e resgate de fauna oleada. Durante a APO, o Ibama avaliará a eficiência dos equipamentos, agilidade na resposta, cumprimento dos tempos de atendimento à fauna e comunicação com autoridades. A simulação envolverá mais de 400 pessoas, embarcações de grande porte, helicópteros e a sonda de perfuração NS-42, que será posicionada no local da futura perfuração.

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou que a empresa cumpre rigorosamente todos os requisitos dos órgãos reguladores e que será instalada a maior estrutura de resposta à emergência já vista em águas profundas e ultraprofundas. O Ibama reforçou que a aprovação do conceito do PPAF não equivale à liberação para iniciar a perfuração.

A continuidade do licenciamento depende da comprovação, em campo, da viabilidade operacional do plano. A atuação da Petrobras na Margem Equatorial, entre o Amapá e o Rio Grande do Norte, segue protocolos rigorosos de responsabilidade social e ambiental. A empresa destaca sua experiência técnica no setor offshore brasileiro e o reconhecimento mundial em exploração em águas profundas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2025

VENDA DO CONTROLE DA WILSON SONS PARA MSC É APROVADA NA ANTAQ

Por Danilo Oliveira Portos e logística 20/05/2025 - 11:52



Fechamento da operação está previsto para ocorrer no próximo dia 4 de junho, de acordo com fato relevante divulgado pela empresa brasileira

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários aprovou a operação de aquisição de até 100% do capital social da Wilson Sons pela SAS Shipping Agencies Services Sàrl (SAS), subsidiária integral da MSC. A decisão da agência reguladora foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (20). O acionista controlador indireto da companhia, Ocean Wilsons Holdings Limited, confirmou que essa condição

da Antaq constituía a última condição pendente em relação à operação e que, com isso, todas as condições precedentes foram devidamente verificadas.

A Wilson Sons informou que o fechamento da operação está previsto para ocorrer no próximo dia 4 de junho. “A companhia divulgará, oportunamente, novo comunicado ao mercado, confirmando, entre outros aspectos, a efetiva conclusão da operação”, ressaltou a Wilson Sons em fato relevante divulgado nesta terça-feira.

No acórdão, o diretor-geral substituto da Antaq, Caio Farias, determinou que a Secretaria Nacional de Portos do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e as empresas interessadas sejam informadas da decisão. Em abril, o processo já havia transitado em julgado na Superintendência-Geral do Cade, que aprovou o ato de concentração sem restrições.

“A Wilson Sons reitera seu compromisso com os mais elevados padrões de governança corporativa e transparência, e seguirá mantendo seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados sobre quaisquer atos ou fatos relevantes, em estrita observância à legislação e regulamentação aplicáveis”, reiterou a Wilson Sons no fato relevante.

(Em atualização)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2025

LOG-IN PROGRAMA CICLO MAIS FORTE DE DOCAGENS A PARTIR DE 2026

Por Danilo Oliveira Indústria naval 19/05/2025 - 19:49



Diretor presidente disse, em teleconferência, que empresa de navegação está definindo onde ocorrerão os serviços, mas que serão analisadas opções e disponibilidade em estaleiros no Brasil e no exterior

A Log-In tem uma programação de docagens para sua frota a partir de 2026 e que deve durar em torno de dois anos. De acordo com o vice-presidente financeiro e de relações com investidores, Pascoal Gomes, será um ciclo mais forte de docagens programadas dos navios da companhia. Ele ressaltou que, apesar da necessidade de injetar recursos nesses serviços, a

empresa já vem estabelecendo uma alavancagem cada vez mais confortável para os investimentos do grupo, entre os quais a ampliação do Terminal de Vila Velha (TVV), no Espírito Santo, que está em curso.

"A partir de 2026, entramos num ciclo mais forte de docagens dos nossos navios. Docaremos alguns navios em fileira, ao longo de dois anos, e vamos precisar injetar recursos nisso", disse Pascoal, na última semana, durante teleconferência com analistas. Ele considera provável que, nos próximos anos, a empresa precise investir mais intensivamente. "Esse ano, pela geração de caixa e Ebitda, vamos alavancar alguma coisa. Estamos num nível confortável de alavancagem para criar esse colchão e voltar a investir nos principais negócios da companhia", projetou.

Pascoal acrescentou que o setor de transporte marítimo mundial está passando por regulamentação em relação às regras de emissão de gases de efeito estufa (GEE), que também é considerado nas avaliações da frota. Segundo o VP financeiro e de RI, a Log-In vai avaliar se faz sentido trazer novos navios para a substituição desses ativos. "É uma avaliação corrente que sempre fazemos olhando no mercado: o preço do usado e do novo. Comparamos a performance desses navios novos em relação à performance dos navios atuais da frota", explicou.

Durante a teleconferência, o diretor presidente da Log-In, Márcio Arany, respondeu à Portos e Navios que a empresa está definindo onde ocorrerão as docagens, mas que serão analisadas as opções e a disponibilidade em instalações no Brasil e no exterior. "Sempre priorizamos contratar estaleiros brasileiros, mas nem sempre é possível — por disponibilidade ou por capacidade física — atender aos nossos navios. Estudamos também mandar o navio para fora do país. Até o momento, não está nada definido", comentou Arany.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/05/2025

PROJETOS DE OBRAS PORTUÁRIAS OBTÊM R\$ 4,1 BILHÕES EM PRIORIDADES DO FMM

Por Danilo Oliveira Portos e logística 19/05/2025 - 18:57



Conselho diretor do fundo setorial priorizou recursos para financiar implantação de terminal de granéis, modernização de Tecon e construção de instalação flutuante para transbordo

Os projetos de obras de infraestrutura portuária priorizados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) totalizam R\$ 4,1 bilhões na 58ª reunião ordinária, realizada no começo de maio. O maior valor foi aprovado para o projeto da Cedro Participações, que pretende implantar um terminal portuário destinado ao recebimento, armazenamento e

expedição de granéis sólidos minerais, localizado no Porto de Itaguaí (RJ), com valor total de R\$ 3,6

bilhões. Esse projeto foi arrendado pela empresa em fevereiro, no leilão de portos realizado pelo governo.

A Cedro desenvolve o projeto 'ITG 02', que compreende um terminal portuário greenfield voltado à movimentação de minério de ferro. De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), o terminal contará com infraestrutura completa de cais, pátios, armazéns e sistemas modernos de carga e descarga. A área destinada ao terminal, de 348.937 metros quadrados (m²), permitirá a movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, com capacidade para movimentar 20 milhões de toneladas de minério por ano.

O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) do ITG 02 projeta a criação de 2.800 empregos indiretos durante a construção e aproximadamente 2.000 empregos diretos e indiretos na operação do terminal. O contrato de arrendamento, com duração de 35 anos, poderá gerar até R\$ 1,2 bilhão em arrecadação de ISS para o município de Itaguaí.

Na mesma reunião, o CDFMM também aprovou uma prioridade, no valor de R\$ 496,7 milhões, para o Tecon Rio Grande (RS). O escopo dessa instalação, operada pela Wilson Sons, prevê a modernização do terminal portuário, projeto de automação do cais, adequações em equipamentos, dragagem e aquisição de equipamentos de movimentação de contêineres. O investimento, previsto deve ser executado em até quatro anos, deve gerar 127 empregos diretos. "A revitalização do Tecon Rio Grande vai resultar em toda uma reformulação que significa mais eficiência, uma operação portuária muito melhor, também contribuindo com a economia da região", comentou o secretário nacional de hidrovias e navegação, Dino Antunes.

Já a Plataforma Logística do Amapá obteve prioridade de R\$ 45 milhões para a construção de uma instalação de transbordo flutuante (ITF Santana), no Estaleiro Velar, em Belém, no Pará. As prioridades aprovadas pelo conselho diretor do fundo setorial têm validade de 450 dias e entraram em vigor na última semana, após publicação das resoluções do conselho diretor no Diário Oficial da União.

Ao todo, o CDFMM aprovou aproximadamente R\$ 22 bilhões em prioridades de financiamento para o setor naval e portuário na última reunião, divididos em 26 projetos ligados à construção de embarcações, reparos, docagens, modernização de unidades existentes, ampliação de estaleiros e novas infraestruturas portuárias. De acordo com o ministério, esse foi o maior volume de recursos aprovados pelo FMM em uma única reunião do conselho.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/05/2025

TECON RIO GRANDE ZERA EMISSÕES ESCOPO 2 COM USO DE ENERGIA RENOVÁVEL

Da Redação Portos e logística 19/05/2025 - 18:59



O Tecon Rio Grande, terminal da Wilson Sons no Rio Grande do Sul, recebeu em abril o Certificado Internacional de Energia Renovável (I-REC), que comprova o uso exclusivo de energia elétrica proveniente de fontes limpas nas operações de 2024. Emitido pela EDP Brasil, o certificado atesta que as emissões de escopo 2 do terminal — aquelas relacionadas ao consumo de energia elétrica — foram zeradas, conforme os critérios do GHG Protocol.

O I-REC é um sistema reconhecido globalmente que rastreia atributos ambientais da energia e permite

contabilização padronizada de emissões de carbono. A certificação reforça o alinhamento do terminal com práticas sustentáveis e estimativas indicam uma redução de aproximadamente 80% nas emissões indiretas de gases de efeito estufa em 2024.

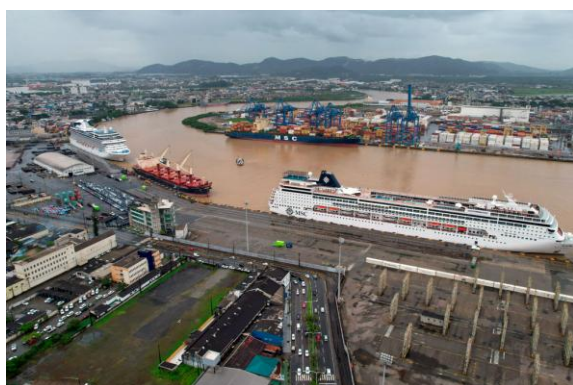
Com mais de 28 anos de operação, o Tecon Rio Grande é um dos principais terminais do sul do Brasil, atendendo mais de 3 mil clientes e operando 1,4 milhão de TEUs. Atualmente, a instalação conta com 900 metros de cais e infraestrutura preparada para embarcações New Panamax, com conexões semanais para todas as principais rotas internacionais.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/05/2025

APS LANÇA EDITAL PARA MODERNIZAÇÃO DA SINALIZAÇÃO NÁUTICA EM ITAJAÍ

Da Redação Portos e logística 19/05/2025 - 19:02



A Autoridade Portuária de Santos (APS) abriu edital para contratação de serviços de manutenção da sinalização náutica do canal de acesso ao Porto de Itajaí (SC), com vigência de 20 meses. A iniciativa contempla a conservação de boias luminosas, faróis, reparos metálicos e fornecimento de peças sobressalentes, além de inspeções semanais, reposicionamento de sinais, mergulhos subaquáticos e uso de embarcações com sistemas de rastreamento.

De acordo com a APS, esse investimento tem como objetivo reforçar a segurança da navegação em um dos principais acessos portuários do país, sob administração da APS. O prazo para envio de propostas vai até as 10 horas do próximo dia 30 de maio.

Portus

A APS também publicou um edital para contratação de auditoria atuarial independente para o Portus – Instituto de Seguridade Social. O serviço, com vigência de 12 meses, avaliará as atividades do instituto relativas ao ano calendário de 2024, conforme a Resolução CGPAR/ME 38/2022. A proposta, segundo a autoridade portuária, também deve ser enviada até as 10h do dia 30 de maio.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/05/2025

CNI DEFENDE PROTAGONISMO DA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA NA RELAÇÃO BRASIL-CHINA

Da Redação Portos e logística 19/05/2025 - 19:13



O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, defendeu a necessidade de o Brasil priorizar a indústria de transformação nas relações comerciais com a China. Em artigo publicado nesta segunda-feira (19), Alban, destacou que, apesar de representar apenas 14,4% do PIB, a manufatura responde por quase metade das exportações de bens e serviços do país, mais de 60% do investimento empresarial em pesquisa e desenvolvimento e um quarto da arrecadação de tributos federais.

Ele argumenta que o setor agropecuário, embora relevante, não deve ser o único foco na parceria com o país asiático. Em 2024, a China foi o principal destino das exportações brasileiras, com US\$ 94,4 bilhões, e também a principal origem das

importações, totalizando US\$ 63,6 bilhões. No entanto, no segmento industrial, o Brasil teve um déficit de R\$ 45 bilhões.

Para reverter esse quadro, Alban propõe uma estratégia voltada à inovação, diferenciação de produtos e adoção de tecnologias avançadas. Ele também defende o estímulo ao encadeamento produtivo nos investimentos chineses no Brasil, com a instalação de fábricas e centros de pesquisa no país. Destaca iniciativas recentes, como a chegada de empresas dos setores automotivo e eletrônico e o projeto da Windey Energy no Senai Cimatec, voltado a energias renováveis e armazenamento de energia.

Alban alerta que o Brasil não pode se limitar a exportar matérias-primas para que outros países, como a China, transformem em produtos finais. Ele cita o exemplo da exportação de etanol para conversão em combustível de aviação como um sinal de que o país precisa fortalecer sua capacidade industrial. Para ele, acordos bilaterais devem incluir condições que favoreçam a produção e exportação de manufaturados brasileiros, e não apenas a ampliação das importações.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/05/2025

PORTO DE ANTUÉRPPIA-BRUGES LANÇA REBOCADOR TOTALMENTE ELÉTRICO

Da Redação Indústria naval 19/05/2025 - 19:07



O Porto de Antuérpia-Bruges lançou, na última quinta-feira (16), o Volta 1, apontado como o primeiro rebocador totalmente elétrico da Europa. A embarcação é parte de um esforço do porto para tornar suas operações climaticamente neutras até 2050 e integra uma estratégia mais ampla de renovação da frota, que também inclui o uso de hidrogênio e metanol.

O Volta 1 é um rebocador com tração de popa reversa (RSD), com capacidade de reboque de 70 toneladas, desempenho equivalente ao de modelos a diesel. Movido por baterias de 2.782 MWh, pode operar por

até 12 horas com recarga completa em apenas duas horas por meio de uma estação de 1,5 MW. A embarcação foi construída pela Damen Shipyards Group, com fabricação no Vietnã e posterior preparação operacional em Antuérpia.

A nova frota inclui ainda cinco rebocadores RSD movidos a diesel com sistemas de pós-tratamento. A substituição de embarcações antigas visa reduzir as emissões do serviço de reboque, responsável por cerca de 85% do CO₂ ligado à operação portuária. O porto também está testando tecnologias de hidrogênio e metanol para avaliar desempenho, custos e autonomia.

O lançamento do Volta 1 acontece no ano em que o porto celebra 150 anos de serviço de reboque. A iniciativa faz parte do plano do Porto de Antuérpia-Bruges de se tornar um porto multicomcombustível e contribuir com soluções de baixo carbono para o setor marítimo internacional.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/05/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO [LINKEDIN.COM](https://www.linkedin.com/company/mercoshipping)



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 062/2025
Página 58 de 58
Data: 21/05/2025
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 21/05/2025